



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PORTOS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Março/2012



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PORTOS**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU n.º 63/2010, da Decisão Normativa TCU n.º 108/2011 e da Portaria TCU n.º 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

Brasília, 30/03/2012

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

APPA: Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (PR).

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento.

CDC: Companhia Docas do Ceará.

CDP: Companhia Docas do Pará.

CDRJ: Companhia Docas do Rio de Janeiro.

CODEBA: Companhia Docas da Bahia.

CODERN: Companhia Docas do Rio Grande do Norte.

CODESA: Companhia Docas do Espírito Santo

CODESP: Companhia Docas do Estado de São Paulo

DNIT: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte.

LOA: Lei Orçamentária Anual.

PAC: Programa de aceleração do Crescimento.

PIC: Projeto de incentivo à Cabotagem.

PPIM: Porto do Pólo Industrial de Manaus

PND: Programa Nacional de Dragagem.

PNLP: Plano Nacional de Logística Portuária.

POR: Port of Rotterdam.

PUC: Participação da União no Capital.

PDG: Programa de Dispêndios Globais.

REIDI: Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

REPORTO: Regime Tributário para Incentivo  Modernização e a Ampliação da Estrutura Portuária.

SIAFI: Sistema Integrado de Administração Financeira

SISport: Sistema de custos de Infraestrutura Portuária.

SISCOLOG: Sistema Colaborativo de Logística Portuária.

SEP/PR: Secretaria de Portos/Presidência da Republica.

SERPRO: Serviço Federal de Processamento de Dados.

SIDERAMA: Siderúrgica do Estado do Amazonas.

TIC: Tecnologia de Informação e Comunicação.

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina.

UJ: Unidade Jurisdicionada.

VTMS: *Vessel Traffic Management Information System* ou Sistema de Gestão de Tráfego de Embarcações.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Portos habilitados no REIDI

Tabela 2: Programa Nacional Dragagem – Cronograma de Obras Executadas

Tabela 3: Programa Nacional Dragagem – Resultados Alcançados

LISTA QUADROS

- Quadro 01 - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual
- Quadro 02 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Gestão da Política Portuária
- Quadro 03 - Demonstrativo da Execução por Outros Programas Multisetoriais
- Quadro 04 - Execução Física das ações realizadas pela SEP
- Quadro 05 - Identificação das Unidades Orçamentárias
- Quadro 06 - Programação de Despesas Correntes
- Quadro 07 - Programação de Despesas Capital
- Quadro 08 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência
- Quadro 09 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários
- Quadro 10 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesas
- Quadro 11 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da SEP
- Quadro 12 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da SEP
- Quadro 13 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários
- Quadro 14 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores
- Quadro 15 - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12
- Quadro 16 - Situações que reduzem a força de trabalho da SEP – Situação em 31/12
- Quadro 17 - Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da SEP (Situação em 31 de dezembro)
- Quadro 18 - Quantidade de servidores da SEP por faixa etária - Situação apurada em 31/12
- Quadro 19 - Quantidade de servidores da SEP por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12
- Quadro 20 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro
- Quadro 21 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12
- Quadro 22 - Composição do Quadro de Estagiários
- Quadro 23 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores
- Quadro 24 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra
- Quadro 25 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência
- Quadro 26 - Resumo dos instrumentos celebrados pela SEP nos três últimos exercícios
- Quadro 27 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

- Quadro 28 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela SEP na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse
- Quadro 29 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse
- Quadro 30 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da SEP, da obrigação de entregar a DBR
- Quadro 31 - Estrutura de controles internos
- Quadro 32 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis
- Quadro 33 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros
- Quadro 34 - Gestão da TI da SEP
- Quadro 35 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - obras de dragagem dos berços 100 a 103 e da retroárea dos berços 100 e 101 - Porto de Itaquí
- Quadro 36 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto de Itaquí – EMAP
- Quadro 37 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto do Rio Grande – ECOPLAN
- Quadro 38 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto do Rio Grande – Modernização
- Quadro 39 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto de Vitória – Dragagem
- Quadro 40 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto de Santos – Dragagem
- Quadro 41 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto de Santos – Derrocagem
- Quadro 42 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto de Cabedelo – Dragagem
- Quadro 43 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto do Rio de Janeiro – Dragagem
- Quadro 44 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto de Suape (Dragagem do Canal Externo)
- Quadro 45 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI - Porto de Suape – Acesso a Tatuoca
- Quadro 46 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI - Porto de Itajaí – Dragagem

- Quadro 47 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da SEP/PR – UG 110309.
- Quadro 48 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da SEP/PR – UG 110323.

LISTA DE FIGURAS

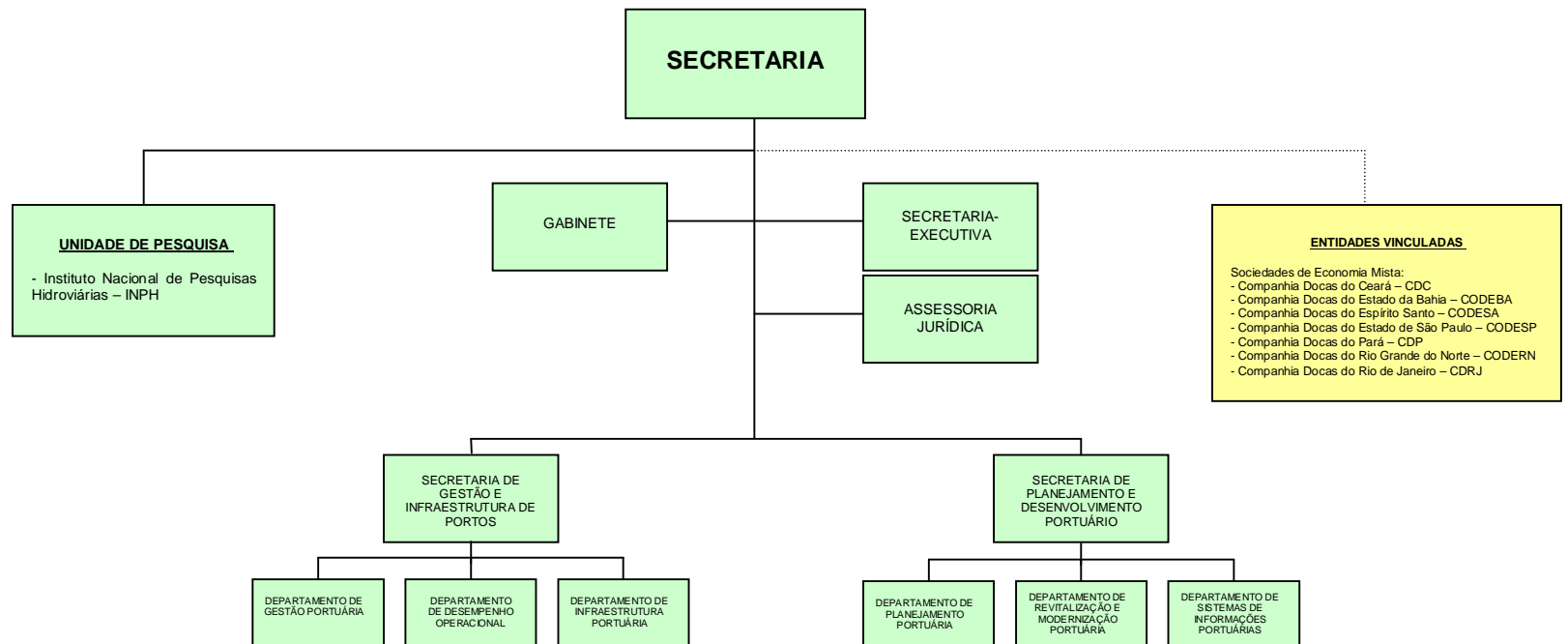
- Figura 1 – Imagem aérea da ampliação em execução no Porto de Vila do Conde/PA
- Figura 2 – Projeção área de Alargamento e Ampliação do Cais Comercial no Porto de Vitória/ES
- Figura 3 – Implantação da Av. Perimetral, margem esquerda, Porto de Santos/SP
- Figura 4 – Vista do local onde será construído o Berço 108 no Porto do Itaqui/MA
- Figura 5 – Execução das obras de construção do Berço 100 no Porto do Itaqui/MA
- Figura 6 - Vista geral dos módulos 1 e 2 – Berço 201
- Figura 7 – Vista do cais para contêineres, concluído - Porto de Maceió/AL

SUMÁRIO

ORGANOGRAMA FUNCIONAL	10
INTRODUÇÃO	11
A) RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA SECRETARIA DE PORTOS/PR	13
I – COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL	13
II – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	13
SECRETARIA DE GESTÃO E INFRAESTRUTURA DE PORTOS	14
SECRETARIA PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PORTUÁRIO	14
B) ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	15
I - GESTÃO DAS COMPANHIAS DOCAS	15
II - GESTÃO DOS PORTOS DELEGADOS, CONCEDIDOS E ADMINISTRAÇÃO DIRETA .	18
III - PROGRAMA DE GESTÃO POR RESULTADOS	22
IV - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA (REIDI)	23
V - REGIME TRIBUTÁRIO PARA INCENTIVO À MODERNIZAÇÃO E À AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA PORTUÁRIA (REPORTO)	24
VI - DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE INCENTIVO A CABOTAGEM (PIC)	24
VII - PRIORIZAÇÃO DE NOVAS OUTORGAS DE PORTOS PÚBLICOS	25
VIII - SISTEMA DE CUSTOS DE INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA (SISPORT)	25
IX - PROGRAMA NACIONAL DE DRAGAGEM (PND)	25
X - PROJETO PORTO SEM PAPEL	27
XI - PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA PORTUÁRIA (PNLP)	27
XII - SISTEMA DE GERENCIAMENTO E INFORMAÇÕES DE TRÁFEGO MARÍTIMO - VESSEL TRAFFIC MANAGEMENT INFORMATION SYSTEM – VTMS	28
XIII - CADEIA LOGÍSTICA INTELIGENTE	28
XIV - SISTEMA DE APOIO AO GERENCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA - GESTÃO PORTUÁRIA	29
XV - PROGRAMA DE CONFORMIDADE DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES LÍQUIDOS	30
XVI - PROGRAMA FEDERAL DE APOIO À REGULARIZAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL PORTUÁRIA – PRGAP	30
XVII – PAC COPA	31

XVIII - REVISÃO DO MARCO INSTITUCIONAL DO SETOR PORTUÁRIO, COM BASE NO ESTUDO PARA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E DA EFICIÊNCIA DO SETOR PORTUÁRIO	31
C) PROGRAMA DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA SEP	32
I – EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO SOB A RESPOSANBILIDADE DA SEP	33
II – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA SEP	34
D) DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	47
I – PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS	47
II – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS	48
ANEXOS	82

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Base Legal

Decreto n.º 7.262, de 12/08/10
Lei n.º 12.314, de 19/08/10

INTRODUÇÃO

A Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR), criada por meio da Medida Provisória n.º 369, de 7 de maio de 2007, convertida na Lei n.º 11.518, de 5 de setembro de 2007, possui em suas atribuições e competências, dentre outras, formular políticas públicas, estabelecendo diretrizes para o fomento do setor portuário, e executar medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura dos portos marítimos.

Dentre as ações desenvolvidas pela SEP/PR, para o fomento do setor de transporte, o Programa Gestão da Política Portuária, é o único programa gerenciado exclusivamente por esta Secretaria. Apesar disso, a Secretaria optou por destacar no relatório as ações físicas e financeiras oriundas de outros programas multisetoriais.

O presente relatório não contempla as informações dos seguintes itens: Execução orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação; informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos; informações sobre as renúncias tributárias sob a gestão da UJ; composição acionária do capital social; informações sobre conformidade da distribuição do fundo partidário; informações a respeito dos saldos dos financiamentos; indicadores de desempenhos das Instituições Federais de Ensino Superior; relatório de revisão dos critérios adotados quanto à classificação nos níveis de risco; informações sobre a remuneração paga aos administradores da UJ; informações sobre a contratação de consultores na modalidade produto; informações a respeito da desmobilização de ativos imobiliários.

O anexo está composto pelas informações sobre: a) declaração do contador, atestando demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da SEP/PR; b) declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Quadro 1 - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Presidência da República			Código SIORG: 000026
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Portos			
Denominação abreviada: SEP			
Código SIORG: 92748	Código LOA: 20128	Código SIAFI: 110309	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: 50.99-8-99-Outros transportes aquaviários			Código CNAE: 101-5
Telefones/Fax de contato:	(061) 3411-3766	(061) 3411-3754	(061) 3326-2042
E-mail: faleconosco@portosdobrasil.gov.br			
Página na Internet: http://www.portosdobrasil.gov.br			
Endereço Postal: SCN Quadra 4, Bloco B, Centro Empresarial Varig, Pétala C, Mezanino, sl 1403			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Medida Provisória n.º 369, de 7 de maio de 2007 e Lei n.º 11.518, de 5 de setembro de 2007			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto n.º 7.262, de 12 de agosto de 2010, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria de Portos da Presidência da República, e dá outras providências; Lei n.º 12.314, de 19 de agosto de 2010; Decreto n.º 6.116, de 22 de maio de 2007, que Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria de Portos da Presidência da República, e dá outras providências.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não há.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
110309	Secretaria de Portos		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
110323	Secretaria de Portos - Obras		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
110309/110323		00001	

A) RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA SECRETARIA DE PORTOS/PR

I – COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL

A Secretaria de Portos (SEP/PR) tem o objetivo de assessorar direta e imediatamente o Presidente da República: na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento do setor de portos e terminais portuários marítimos; e na execução e na avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura dos portos e terminais portuários marítimos, bem como dos outorgados às companhias docas.

A SEP, em sua atuação, busca o alcance da segurança e eficiência do transporte marítimo de cargas e de passageiros no País, com a adoção das seguintes ações:

- formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais;
- participação no planejamento estratégico, estabelecimento de diretrizes para sua implementação e definição das prioridades dos programas de investimentos;
- aprovação dos planos de outorgas;
- estabelecimento de diretrizes para representação do Brasil nos organismos internacionais e em convenções, acordos e tratados referentes às competências mencionadas no caput deste artigo;
- desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura aquaviária dos portos e terminais portuários sob sua esfera de atuação, visando à segurança e à eficiência do transporte aquaviário de cargas e de passageiros.

Assim, para o cumprimento de suas atribuições legais e atendimento às necessidades dos portos marítimos brasileiros, a SEP/PR está desenvolvendo clara e objetiva política portuária e um plano estratégico de desenvolvimento dos portos brasileiros com planejamento de curto, médio e longo prazos, visando minimizar os problemas de quase duas décadas de ausência de uma política clara para o setor.

II – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Para o alcance dos objetivos estratégicos, a SEP em sua estrutura regimental conta com a Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos e a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Portuário. Ambas as secretarias contribuem para o desenvolvimento portuário, executando metas e atividades em prol da melhoria da infraestrutura e modernização do setor.

SECRETARIA DE GESTÃO E INFRAESTRUTURA DE PORTOS

Os objetivos da Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos, no exercício de 2011, consistiram na continuidade de programas de incentivo à melhoria das condições gerenciais, operacionais e logísticas portuárias e novos projetos de apoio à infraestrutura, os quais se destacam:

- Programa de Gestão Portuária por Resultado nas Companhias Docas.
- Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura (REIDI).
- Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária
- Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO).
- Programa de Incentivo a Cabotagem (PIC).
- Novas Outorgas de Portos Públicos: Porto Novo de Manaus (AM) e Porto Sul (BA).
- Sistema de Custos de Infraestrutura Portuária (SISport).

SECRETARIA PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PORTUÁRIO

Para cumprir sua missão legal a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Portuário traçou os seguintes objetivos:

- Liderar o processo de planejamento de longo prazo do setor portuário brasileiro;
- Executar projetos e ações institucionais visando à modernização da gestão portuária nacional;
- Fomentar o aperfeiçoamento da gestão e a governança corporativa nas companhias Docas, vinculadas ou não à SEP, que administram os portos marítimos brasileiros;
- Articular medidas de incentivos tributários com vistas à modernização das instalações portuárias brasileiras;
- Incentivar a implantação de novas outorgas em portos organizados de uso público;
- Criar condições para o aumento da participação do modal aquaviário de cabotagem na matriz de transportes brasileira;
- Aliar a atividade portuária com desenvolvimento sustentável por meio de programas que visem dirimir o conflito existente entre o meio ambiente e as ações antrópicas;

B) ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

A SEP tem atuado em ações com vista a criar, ampliar, modernizar e recuperar as instalações e os acessos portuários dos portos organizados, bem como promover a modernização e a agilização da gestão das Companhias Docas. Entre as estratégias adotadas frente às responsabilidades institucionais, por meio de suas secretarias ressaltam-se:

I – GESTÃO DAS COMPANHIAS DOCAS

A SEP/PR tem implementado medidas estruturantes, trabalhando junto às Companhias Docas, fortalecendo o modelo brasileiro de concessão dos portos organizados, regulamentado pelo Decreto n.º 6.620, de 29 de outubro de 2008, em que o governo responde pela infraestrutura, e a iniciativa privada investe em equipamentos, instalações e operação.

As ações desencadeadas pela SEP compreendem desde o aprimoramento da gestão empresarial e desburocratização dos procedimentos administrativos, a melhoria dos acessos aquaviários e a expansão das instalações operacionais daquelas Companhias.

Dentre as realizações da Secretaria de Portos, destacam-se¹:

- subsidiar a elaboração da proposição orçamentária e do Plano Plurianual (PPA) de investimentos;
- acompanhar, avaliar e controlar a execução de programas, obras e ações;
- implementar a execução de projetos e programas de investimentos portuários, bem como compatibilizá-los com os demais programas de governo.

As Companhias Docas vinculadas à SEP/PR são: Companhia Docas do Pará (CDP), Companhia Docas do Ceará (CDC), Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN), Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA), Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA), Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP).

Dentre as ações do PAC desenvolvidas no exercício de 2011 pela Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos destacam-se o acompanhamento e a transferência de recursos, via Participação da União no Capital (PUC) das Cia. Docas, para realização de obras de recuperação e de melhoramentos nos portos administrados pelas Companhias Docas.

¹ Art. 7º, do anexo I do Decreto Presidencial nº 7.262, de 12/08/2010

No Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) estão incluídas as seguintes ações:

- a) Ampliação do Píer Principal, Alargamento do Berço 302 e Duplicação da Ponte de Acesso no Porto de Vila do Conde/PA: construção do Pier 400, com 254,0 m de comprimento e 51,95 m largura, alargamento do berço 302 em 19,0 m com 256,0 m de comprimento e duplicação da ponte de acesso, com 375,0 m de comprimento e 10,3 m de largura.

Figura 1 – Imagem aérea da ampliação em execução no Porto de Vila do Conde/PA



O valor desta ação é de R\$ 115,8 milhões. Esta obra está sendo executada pela Construtora Triunfo S/A, através de contratação direta pela CDP. A execução física corresponde à 85% do total, em dezembro de 2011.

- b) Ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca /RN: ampliação da plataforma de armazenamento e do cais de barcaças, aumento da capacidade do sistema transportador e instalação de descarregador de barcaças.

O valor desta ação é de R\$ 223,9 milhões. Esta obra está sendo executada pelo Consórcio Areia Branca, através de contratação direta pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN, com previsão de conclusão para 24/01/2012. A execução física corresponde a 97,7% do total, em dezembro de 2011.

- c) Recuperação, Alargamento e Ampliação do Cais Comercial no Porto de Vitória/ES: abrange à Recuperação, Alargamento e Ampliação do Cais Comercial do Porto de Vitória – 456 m, sendo 356m de Recuperação, 21m de Alargamento e 100 m de Ampliação.

Figura 2 – Projeção área de Alargamento e Ampliação do Cais Comercial no Porto de Vitória/ES



O valor desta ação é de R\$ 133,4 milhões. Esta obra teve sua ordem de serviço emitida em 02/09/2011 e está sendo executada pela empresa Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A. Também foi contratada a empresa Concremat Engenharia e Tecnologia S/A para auxílio a fiscalização.

Até o final de 2011, a empresa contratada estava trabalhando no Projeto Executivo e alguns serviços preliminares, como: mobilização de equipamentos, instalação de canteiro, sondagens geotécnicas e serviços topográficos.

- d) Av. Perimetral – Margem Esquerda - município do Guarujá, Porto de Santos/SP - 1ª Fase: contempla a implantação de Avenida Perimetral na Margem esquerda do Porto de Santos no Município do Guarujá com extensão de 5,0 Km e construção de um viaduto.

Figura 3 – Implantação da Av. Perimetral, margem esquerda, Porto de Santos/SP



O valor desta ação é de R\$ 70,9 milhões. Esta obra foi iniciada em 06/06/2011 com 26,0% executados até o final de dez/2011 e previsão de conclusão em 07/01/2013.

Nas demais ações foram executadas obras suplementares nos portos organizados com investimentos em ações de instalação de sistemas de defensas, recuperação do berços e do pavimento de áreas internas, modernização da sinalização náutica e terrestre, melhoramentos na infraestrutura portuária como em sistemas elétricos e hidráulicos, além de estudos e projetos para racionalização da operação portuária e proteção ao meio ambiente.

Durante o exercício de 2011, a Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos realizou atividades ligadas à consolidação e elaboração do orçamento de investimentos das Companhias Docas para o exercício de 2012. Somem-se a isso a análise, a consolidação, a reprogramação e o remanejamento do Programa de Dispêndios Globais - PDG daquelas empresas estatais.

II – GESTÃO DOS PORTOS DELEGADOS, CONCEDIDOS E ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Visando a promover constante melhoria na execução de contratos e convênios e, conseqüentemente, no desempenho operacional de portos, a SEP vem atuando junto aos portos delegados, concedidos e autorizados, desenvolvendo ações de articulação institucional no sentido de eliminar eventuais gargalos à adequada execução das obras e serviços.

No ano de 2011, realizou-se a implementação de obras em diversos Portos Organizados com recursos do Tesouro, tanto por meio da gestão direta quanto por meio de transferências voluntárias e destaques orçamentários, com enfoque para as ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

As ações constantes do PAC vinculadas aos Portos Delegados ou Concedidos referem-se, especialmente, à recuperação, à modernização e à construção de instalações portuárias, conforme listadas a seguir:

- a) Porto de Itajaí/SC - Alinhamento e Reforço do Berço 4: celebrado em 30/12/11, no valor de R\$ 85,0 milhões, o Termo de Compromisso nº. SEP/011/2011, com vigência até 31/08/13. Esse empreendimento dotará o porto de um cais com 490m de comprimento, aumentando a sua capacidade operacional com a recepção de navios de grande porte.
- b) Porto do Itaqui/MA - Berço 108 (Terminal para Granéis Líquidos): com a aprovação do Projeto Executivo pela SEP, a EMAP publicou em dezembro de 2011 o edital para a sua contratação, a ser custeada com recursos federais, por meio do Termo de Compromisso nº. SEP/012/2011, firmado em 30/12/11, com vigência até 31/08/13.

Figura 4 – Vista do local onde será construído o Berço 108 no Porto do Itaqui/MA



- c) Porto do Itaqui/MA - Construção do Berço 100, Alargamento do Cais Sul e Ampliação: esse empreendimento permitirá que o porto opere com contêineres e carga geral, reduzindo o tempo de espera dos navios. A readequação do projeto executivo do Berço 100, submetida em 2011 à manifestação da SEP, elevou de 26m para 40m a largura de sua plataforma, aumentando sobremaneira a capacidade operacional do berço. As obras do Berço 100 acumulam uma execução de 95% enquanto as do Cais Sul, 40%.

Figura 5 – Execução das obras de construção do Berço 100 no Porto do Itaqui/MA



- d) Porto de Itaqui/MA - Dragagem dos Berços 100 a 103 e Dragagem e Construção da Retroárea dos Berços 100 e 101: dificuldades de natureza técnica, operacional e comercial impediram a evolução dos serviços em 2011.
- e) Porto de Rio Grande/RS - Prolongamento dos molhes: investimento necessário para possibilitar a realização de dragagem de aprofundamento do canal de acesso ao porto. Obra concluída em março de 2011. Entregue o “as-built” da obra comprovando a sua execução conforme o projeto.
- f) Porto de São Francisco do Sul/SC - Recuperação do Berço 201: essa atividade visa implementar o novo alinhamento do berço 201 com 279m de comprimento. O valor desta ação é de R\$ 28,8 milhões. A obra está sendo executada pelo 10º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro, tendo sido realizado 95% do total da obra até o final de 2011. Essa obra está prevista para ser concluída em 2012.

Figura 6 - Vista geral dos módulos 1 e 2 – Berço 201



- g) Porto de São Francisco do Sul/SC - Reforço do Berço 101: reforço estrutural do berço 101 para possibilitar a movimentação de contêineres. O valor desta ação é de R\$ 18,0 milhões. A obra foi executada pelo 10º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro e concluída em outubro de 2011.

- h) Porto de Maceió/AL - Construção do Cais para Contêineres - 3ª Fase: esse empreendimento aumentará a capacidade operacional do porto. A obra foi concluída em 28/02/2011.

Figura 7 – Vista do cais para contêineres, concluído - Porto de Maceió/AL



Dentre as demais ações, executadas pela Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos, destacam-se as relacionadas a seguir:

- a) Porto do Itaqui/MA - Recuperação dos Berços 101 e 102: eEssa recuperação visa restabelecer as condições operacionais adequadas do porto. Em 2011 as obras foram retomadas, após celebração da 1ª Repactuação do Contrato nº. 068/2006-EMAP. As obras do Berço 102 foram concluídas enquanto a do Berço 101 acumulam uma execução de 42%.
- b) Porto de Suape/PE - Construção do Acesso Rodoferroviário: este acesso interligará a retroárea do porto de Suape à ilha de Tatuoca, aonde se concentram as instalações de estaleiros. O projeto executivo do acesso foi readequado, no sentido de substituir o traçado da linha férrea pela duplicação da pista rodoviária. O projeto foi entregue à SEP em 05/12/2011, para análise e manifestação. Em 2011 foram executados 6% da obra. O total acumulado representa 28%.
- c) Porto de Pecém/CE - Execução das obras do Terminal de Uso Misto: esse empreendimento visa adequar e modernizar as instalações físicas e o sistema operacional do terminal. Em 25/07/11, foi repassada a primeira parcela no valor de R\$ 9.945.476,00. A obra avançou, em 2011, em 30%.

- d) Porto de Itajaí/SC - Recuperação dos Molhes: investimento necessário para possibilitar a realização de dragagem de aprofundamento do canal de acesso ao porto. Executados em 2011, 50% da obra.
- e) Porto de Santo Antônio em Fernando de Noronha/PE - Reforço do Molhe de Abrigo, Recuperação do Porto e Dragagem de Aprofundamento: empreendimento necessário para restabelecer as condições operacionais e de estabilidade do porto, seriamente afetadas depois de anos de ressacas provocadas pelas ondas do tipo *swell*. Em 2011, não houve repasse de recursos federais para custear a obra.

III – PROGRAMA DE GESTÃO POR RESULTADOS

O Programa de Gestão por Resultados consiste em um modelo em que o Setor Público passará a adotar postura empreendedora, voltada para o cidadão como cliente e buscando padrões ótimos de eficiência, eficácia e efetividade, com ética e transparência. A SEP atuou na implantação da Política da Gestão Portuária por Resultados, formalizada pela SEP na Portaria nº. 214, de 11 de setembro de 2009, em atendimento ao Decreto Presidencial nº. 4.613, de 25 de março de 2009.

TRATA SE DE UM PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DAS COMPANHIAS DOCAS VINCULADAS À SEP, CONSTITUÍDO DE DOIS PILARES: I) PROJETOS ESTRUTURANTES DA GESTÃO POR RESULTADOS; E II) INDICADORES DE DESEMPENHO.

Algumas ações merecem ser apontadas:

- implantação da reorganização estratégica, de gestão e de processos prevista na Portaria SEP nº 214/2009 – Gestão Portuária por Resultados com o projeto piloto na Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN, com o objetivo de promover a reorganização estratégica de gestão e de processos. Os resultados obtidos com o projeto piloto servirão de base para a ampliação do programa nas outras seis Companhias Docas vinculadas à SEP.
- formatação de um Acordo de Resultados a ser pactuadas entre a SEP e as sete Companhias Docas vinculadas. Acordo de Resultados já possui parecer jurídico positivo, porém necessita ser submetido a todas as Docas para ser aprovado. Objetivo é obter aprovação ainda no primeiro semestre de 2012;

- a implantação do GPPR conta com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) viabilizado através de repasse de doação de US\$ 1 milhão de dólares do governo japonês.

IV – REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA (REIDI)

Dentre as atividades exercidas pela SEP ressaltam-se a análise dos projetos de obras de infraestrutura portuária apresentados pelas empresas e a sua posterior habilitação ao Regime de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura (REIDI).

CRIADO PELA LEI N.º 11.488, DE 15 DE JUNHO DE 2007, O REIDI TEM COMO OBJETIVO A SUSPENSÃO DE INCIDÊNCIA DE IMPOSTOS SOBRE PESSOAS JURÍDICAS NO CASO DE VENDA OU IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS, INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS NOVOS E DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA UTILIZAÇÃO OU INCORPORAÇÃO EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA.

No exercício de 2011, foram aprovados e habilitados ao REIDI 08 (oito) projetos apresentados à Secretaria de Portos/PR, conforme informações a seguir:

Tabela 1: Portos habilitados no REIDI

	Empresa	CNPJ	Habilitação
01	COSAN Operadora Portuária S.A.	71.550.388/0001-42	Portaria n.º 04/2011, D.O.U. de 09/02/2011
02	Tecon Rio Grande S.A.	01.640.625/0001-80	Portaria n.º 05/2011, D.O.U. de 09/02/2011
03	Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS	33.000.167/0001-01	Portaria n.º 96/2011, D.O.U. de 25/05/2011
04	Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS	33.000.167/0001-01	Portaria n.º 97/2011, D.O.U. de 25/05/2011
05	Cotriguaçu Cooperativa Central	77.118.131/0002-83	Portaria n.º 100/2011, D.O.U. de 07/06/2011
06	Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS	33.000.167/0001-01	Portaria n.º 104/2011, D.O.U. de 13/06/2011
07	Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04	Portaria n.º 105/2011, D.O.U. de 13/06/2011
08	Samarco Mineração S.A.	16.628.281/0006-76	Portaria n.º 181/2011, D.O.U. de 14/09/2011

O valor total estimado dos investimentos referentes aos projetos aprovados pela SEP/PR para habilitação ao REIDI, no exercício de 2011, foi de R\$ 950.495.419,54 (novecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e dezenove reais e cinquenta e quatro centavos).

O valor total estimado da incidência do REIDI sobre o valor total dos investimentos aprovados foi de aproximadamente R\$ 85.544.587,76 (oitenta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos).

V – REGIME TRIBUTÁRIO PARA INCENTIVO À MODERNIZAÇÃO E À AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA PORTUÁRIA (REPORTO)

Foi criado pela Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, que o instituiu com o nome de Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO). Em 2008, esse incentivo sofreu alterações da Lei nº 11.726, de 23 de junho de 2008; e, posteriormente, outras regulamentações com os Decretos nºs 6.582, de 26 de setembro de 2008, e 6.759, de 5 de fevereiro de 2009.

O REPORTO É UM REGIME TRIBUTÁRIO DIFERENCIADO QUE CRIA UMA SUSPENSÃO TRIBUTÁRIA (QUE SE CONVERTE EM ISENÇÃO APÓS CINCO ANOS) PARA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS QUE VENHAM A SER ADQUIRIDOS PARA USO EM INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS.

Ainda em 2011, a Secretaria de Portos promoveu esforços no sentido de prorrogar a vigência do REPORTO, cujo encerramento ocorreria em dezembro de 2011. Devido a sua importância e incentivo para o desenvolvimento e modernização do setor portuário, o regime tributário diferenciado foi novamente prorrogado, desta vez, até dezembro de 2015, conforme a Medida Provisória n.º 556/2011, de 23/12/2011.

VI – DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À CABOTAGEM (PIC)

O objetivo principal do Programa de Incentivo à Cabotagem, desenvolvido pela Secretaria de Portos, é promover a transferência de cargas dos modais terrestres para o aquaviário de cabotagem, analisando os entraves da situação atual e modelando soluções para viabilizar a implantação de linhas de cabotagem, interligando os portos nacionais, contribuindo para a redução de custos logísticos, de implantação e conservação de infraestrutura viária, redução de impactos ambientais e acidentes em rodovias, ampliando a competitividade da economia nacional. Dentre as ações de implementação desse programa realizadas no exercício de 2011, não houve utilização de recursos do Orçamento Geral da União.

VII - PRIORIZAÇÃO DE NOVAS OUTORGAS DE PORTOS PÚBLICOS

Com base na regulamentação trazida pelo Decreto nº. 6.620, de 29/10/2008, que disciplina a concessão de portos, o arrendamento e a autorização de instalações portuárias marítimas, foram efetuadas diversas ações de forma a ampliar a implantação de novos projetos de portos públicos, cabendo mencionar:

- Porto do Pólo Industrial de Manaus – PPIM que representa a primeira concessão de porto público, implantado na área da antiga Siderúrgica do Amazonas (SIDERAMA), um projeto pioneiro financiado integralmente com recursos privados, com capacidade de movimentação de 700.000 containeres/ano e previsão de entrada em operação em 2014. É esta uma antiga reivindicação das indústrias instaladas no Pólo Industrial de Manaus, onde se situa o maior parque eletro-eletrônico da América Latina, bem como a mais importante indústria de duas rodas do mundo;

VIII - SISTEMA DE CUSTOS DE INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA (SISPORT)

A Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos está à frente do projeto para a implantação de um sistema, denominado SISport - Sistema de Custos de Infraestrutura Portuária, em atendimento à recomendação do Acórdão nº 1807/2008 – Plenário do Tribunal de Contas da União .

Este sistema está sendo desenvolvido em parceria com o Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro, buscando as composições de custos unitários das obras portuárias que será base de referência oficial para elaboração de licitações do setor.

O SISport está com toda a parte referente à programação, banco de dados e WEB prontos, restando alimentar o sistema com as composições de custos, que se encontram parcialmente concluídas. Foi entregue o terceiro relatório de atividades, referente ao período de janeiro a março de 2011.

IX - PROGRAMA NACIONAL DE DRAGAGEM (PND)

No desempenho das atividades portuárias, desde a criação da SEP, em meados de 2007, até o exercício de 2011, foram contratadas 18 (dezoito) obras pertencentes ao Plano Nacional de Dragagem. Dessas, 4 (quatro) foram iniciadas em 2011, 4 (quatro) foram concluídas e 1 (uma) teve seu edital de licitação publicado.

Tabela 2: Programa Nacional Dragagem - Cronograma de Obras Executadas

Porto		Valor PAC Revisto (R\$ milhões)	Publicação Edital Obra	Início das Obras	Conclusão das Obras
1	Fortaleza-CE	66,7	22/02/2010	29/09/2010	19/04/2012
2	Natal-RN	41,2	27/05/2009	01/06/2010	30/03/2012
3	Cabedelo-PB	107,7	11/11/2009	14/07/2010	30/03/2012
4	Recife-PE	31,1	06/10/2008	17/03/2009	12/12/2009
5	Suape-PE (Tatuoca)	105,3	31/08/2009	05/01/2010	27/05/2011
6	Suape-PE (Canal Externo)	113,1	30/12/2010	16/11/2011	15/12/2013
7	Salvador-BA	58,7	06/03/2009	09/07/2010	20/11/2010
8	Aratu-BA	54,8	06/03/2009	09/07/2010	20/11/2010
9	Vitória-ES	108,8	13/10/2011	01/06/2012	30/12/2013
10	Canal das Flechas-RJ	50,0	10/02/2010	05/07/2011	30/04/2013
11	Rio de Janeiro-RJ	159,2	27/03/2009	11/02/2010	30/08/2011
12	Itaguaí-RJ	139,6	22/07/2009	30/07/2010	24/11/2010
13	Angra dos Reis-RJ	5,0	03/06/2009	22/04/2010	01/07/2010
14	Santos-SP (Dragagem)	191,0	14/11/2008	21/02/2010	30/06/2012
15	Santos-SP (Derrocamento)	30,2	31/05/2010	08/09/2011	30/06/2012
16	São Francisco do Sul-SC	115,1	08/10/2009	15/07/2010	15/12/2011
17	Itajaí-SC	75,5	18/03/2010	18/03/2011	09/12/2011
18	Rio Grande-RS	207,9	07/11/2008	23/08/2009	20/07/2010
Total		1.660,9			

OBS.: Os campos hachurados identificam as etapas já realizadas.

FONTE: Controles internos da SEP/PR

A tabela a seguir mostra os volumes de dragagem contratados até o final de 2011, os quais totalizaram 94,5 milhões m³ de material sólido a ser retirado dos acessos aquaviários aos portos elencados.

Tabela 3: Programa Nacional Dragagem – Resultados Alcançados

PORTO		PROFUNDIDADE (m)		VOLUME CONTRATADO (milhões de m ³)
		PRÉ PND/PAC	PND/PAC	
1	Fortaleza-CE	9,5 a 12,5	14,0	5,95
2	Natal-RN	10,0	12,5	1,83
3	Cabedelo-PB	4,2 a 11,9	11,5	2,93
4	Recife-PE	6,5 a 10,0	11,5	2,75
5	Suape-PE (Tatuoca)	11,0	15,5	3,27
6	Suape-PE (Canal Externo)	16,0 a 17,0	20,0	4,76
7	Salvador-BA	9,0 a 12,0	15,0	4,49
8	Aratu-BA			
9	Vitória-ES	10,0 a 13,0	14,0	3,39
10	Canal das Flechas-RJ	2,0 a 5,0	7,5	2,14
11	Rio de Janeiro-RJ	6,0 a 13,0	15,0	3,97
12	Itaguaí-RJ	14,5	17,5	4,74
13	Angra dos Reis-RJ	9,5	10,0	0,07
14	Santos-SP (Dragagem)	12,0	15,0	21,27
15	Santos-SP (Derrocamento)	13,0	16,0	0,05
16	São Francisco do Sul-SC	13,0	14,0	4,36
17	Itajaí-SC	11,0	14,0	6,30
18	Rio Grande-RS	10,0 a 14,0	18,0	22,20
Total				94,47

X - PROJETO PORTO SEM PAPEL

O projeto Porto Sem Papel tem a finalidade de desenvolver sistemas inteligentes que permitam a troca eletrônica de dados entre as entidades intervenientes na atividade portuária por meio de uma janela única, a padronização de documentos e a conseqüente redução do tempo para as anuências nos portos do Brasil. O resultado desse projeto será a diminuição dos custos e a racionalização da burocracia dos processos portuários, estabelecendo um documento virtual único que vai processar e distribuir, em tempo real, as informações necessárias ao funcionamento do setor.

- a) Implantação dos sistemas Concentrador de Dados e Portal de Informações Portuárias nos portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória.
- b) Foram ministrados treinamentos e acompanhamento da evolução da implantação, superando, assim, dificuldades iniciais.

XI - PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA PORTUÁRIA (PNLP)

Para impedir que a capacidade dos portos influencie negativamente o desenvolvimento da economia do Brasil, a SEP, iniciou a construção do Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP) como ferramenta de apoio na a tomada de decisões e busca de soluções para esses problemas.

O PNLp está sendo construído em Cooperação Técnico-Científica e Financeira entre SEP/PR e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), cujo Termo de Cooperação já foi celebrado. A gestão prevê ainda uma rede de cooperação com outras instituições públicas e privadas para realização do Plano com participação mais ampla da sociedade e obtenção de *benchmarkings* nacionais e internacionais, como por exemplo, o acordo já firmado com o Porto de Rotterdam (POR) da Holanda. Os produtos esperados desta parceria são:

- Desenvolvimento do Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP);
- Elaboração de 12 Planos Mestre (Master Plans) Portuários para 15 principais portos brasileiros (Vila do Conde/PA, Santarém/PA, Itaqui/MA, Suape/PE, Pecém/CE, Fortaleza/CE, Aratu/BA, Salvador/BA, Vitória/ES, Itaguaí/RJ, Rio de Janeiro/RJ, Rio Grande/RS, Itajaí/SC, Paranaguá/PR, Santos/SP – atualização); e

- Instrumentalização da SEP para a realização das atividades de planejamento e operacionalização dos referidos planos.

O Plano envolve as ações voltadas à expansão e adequação da capacidade portuária nacional, à clara definição das atribuições e dos papéis institucionais dos entes envolvidos nas atividades portuárias e à melhoria da eficiência da gestão dos portos nacionais.

XII - SISTEMA DE GERENCIAMENTO E INFORMAÇÕES DE TRÁFEGO MARÍTIMO - VESSEL TRAFFIC MANAGEMENT INFORMATION SYSTEM – VTMS

O VTMS, sigla em inglês para *VesselTraffic Management System*, consiste em um sistema de auxílio eletrônico à navegação, com capacidade de prover monitoração ativa do tráfego aquaviário, cujo propósito é ampliar a segurança da vida humana no mar, a segurança da navegação e a proteção ao meio ambiente nas áreas em que haja intensa movimentação de embarcações ou risco de acidente de grandes proporções. Além disso, com a implantação do sistema, espera-se a melhora na eficiência nas manobras de embarcações, diminuindo, vertiginosamente, os tempos de espera dos navios para atracação, os tempos de tráfego dentro da área portuária e alcança, até mesmo, os tempos de carga e descarga de mercadorias.

O projeto visa à implantação do sistema em 6 portos brasileiros sendo, Rio de Janeiro, Itaguaí, Santos, Salvador/Aratu e Vitória. A data de início do projeto se deu em 15/12/2011 e tem seu término previsto para 15/12/2013.

Por se tratar de um assunto absolutamente inovador no país, algumas definições iniciais foram os principais entraves ao projeto VTMS. Uma vez que o Brasil não possui uma força de segurança voltada para vigilância e salva guarda da costa do país, assim como a guarda-costeira em alguns países do mundo, a modelagem dos requisitos mínimos para implantação do sistema e a definição do modelo de exploração e responsabilidade de operação compuseram as principais dificuldades.

XIII - CADEIA LOGÍSTICA INTELIGENTE

O projeto da Cadeia Logística Inteligente consiste no acesso às tecnologias de rastreamento de cargas selecionadas no projeto por parte dos setores público (intervenientes no processo portuário) e privado (operadores logísticos e embarcadores) com vistas a aumentar a eficiência logística nos portos.

O projeto, com implementação prevista para 12 portos (Vitória/ES; Santos/SP; Rio de Janeiro/RJ; Paranaguá/PR; Rio Grande/RS; Fortaleza/CE; Pecém/CE; Salvador/BA; Suape/PE; Belém/PA; Itaguaí/RJ; Itaquí/MA), teve seu início em 29/12/2011, com data prevista de conclusão em 10/12/2014. Os principais resultados esperados pelo projeto são:

- facilitação à análise de risco das cargas movimentadas nos portos e seu monitoramento da origem ao destino;
- redução de filas nas entradas dos portos;
- otimização no planejamento de recursos para as operações, por meio do fornecimento antecipado de informações;
- integração e interoperabilidade entre os agentes intervenientes nos processos de logística e movimentação de cargas nos portos brasileiros;
- racionalização e padronização de procedimentos nos portos e entre portos;
- criação de uma base de conhecimento para a ser utilizada quando da definição de políticas públicas;
- atendimento das exigências e regulamentação internacionais de segurança; e,
- fornecimento de dados, indicadores e informações de segurança, gerenciais e estatísticas tempestivas e atualizadas.

XIV - SISTEMA DE APOIO AO GERENCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA - GESTÃO PORTUÁRIA

O projeto objetiva fornecer um sistema de apoio aos gestores da Secretaria de Portos e das Autoridades Portuárias, por meio de aquisição e implantação de um Sistema Corporativo Integrado Governamental nas respectivas Autoridades Portuárias. O resultado esperado do projeto é a otimização do fluxo de informações – indispensáveis ao planejamento, à gestão, à tomada de decisão, ao controle e à supervisão das atividades e das operações portuárias de modo sustentável – inclusive com a disseminação, de forma eficaz, de informações da Secretaria de Portos de interesse das Autoridades Portuárias. A data de início do sistema Gestão Portuária está prevista para 30/01/2012 e sua data de conclusão para 30/12/2012.

A Portaria Interministerial MMA/SEP/PR nº 425/2011 estabeleceu o prazo de 30 meses para execução do PRGAP, iniciando em 28/10/2011 até 28/04/2014.

XV - PROGRAMA DE CONFORMIDADE DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES LÍQUIDOS

O Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos compreende um conjunto de ações que visam promover a conformidade legal dos portos marítimos frente às exigências ambientais, das vigilâncias sanitária e agropecuária, relacionadas ao gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos.

O objetivo do programa é implantar um sistema de gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos em 22 portos marítimos brasileiros, a partir da situação atual de geração e movimentação de resíduos e efluentes, com perspectivas de utilização econômica dos resíduos e efluentes e apresentação de uma proposta de mitigação da fauna sinantrópica nociva presente nesses portos, além de diagnosticar as perspectivas de aplicação energéticas dos resíduos. Por fim, pretende-se elaborar projetos básicos e executivos quando a alternativa para gestão dos resíduos e efluentes for selecionada.

Os 22 portos marítimos brasileiros a qual o Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos se destina são: Belém/PA; Vila do Conde/PA; Itaqui/MA, Fortaleza/CE, Natal/RN, Cabedelo/PB, Recife/PE, Suape/PE, Maceió/AL, Aratu/BA, Salvador/BA, Ilhéus/BA; Vitória/ES, Rio de Janeiro/RJ, Itaguaí/RJ, Santos/SP, São Sebastião/SP; Paranaguá/PR, São Francisco do Sul/SC, Imbituba/SC, Itajaí/SC e Rio Grande/RS.

A primeira fase do programa que consiste no levantamento de dados primários da geração e movimentação de resíduos/efluentes, foi iniciada em 29/07/2011 e está prevista para ser concluída em 30/06/2012. Já a segunda fase, que consiste na implantação do programa, tem conclusão prevista para 20/12/2014.

O projeto está sendo implementado, em sua primeira fase, por meio de Termo de Cooperação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

XVI - PROGRAMA FEDERAL DE APOIO À REGULARIZAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL PORTUÁRIA – PRGAP

O Programa de Regularização e Gestão Ambiental Portuária – PRGAP - tem por objetivo promover e apoiar os portos marítimos, outorgados às Companhias Docas vinculadas à SEP, de forma continuada, de forma a permitir a compatibilização das necessidades de sua operação e manutenção às normas ambientais vigentes. O projeto consiste na elaboração de estudos ambientais, visando à emissão da licença ambiental de operação por parte dos órgãos ambientais competentes. A implementação do mesmo é feita por meio de Termos de Cooperação com as Universidades Federais da Bahia – UFBA e Santa Catarina – UFSC.

Os portos beneficiários desse programa são: Areia Branca e Natal, vinculadas à CODERN; Aratu, Salvador e Ilhéus, vinculados à CODEBA; Vitória, vinculado à CODESA; Rio de Janeiro e Itaguaí, vinculados à CDRJ, e Santos, vinculado à CODESP.

XVII – PAC COPA

O programa consiste no investimento em reforma de terminais de passageiros, transformação de armazéns em terminais de passageiros e ampliação de cais para navios de passageiros, com vistas à melhora da infraestrutura física nos portos de Fortaleza/CE, Natal/RN, Recife/PE, Salvador/BA, Santos/SP e Rio de Janeiro/RJ para o período de realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

Espera-se que, na época do referido evento esportivo, os navios de passageiros possam ser utilizados como hospedagem complementar pelos turistas nacionais e internacionais e, portanto, há a necessidade de se oferecer uma infraestrutura adequada tanto para o embarque e desembarque de passageiros, tripulantes e bagagens, quanto para a prestação de serviços com melhor qualidade pelos órgãos públicos de segurança, saúde, alfândega presentes nesses terminais.

As obras estão previstas para terminarem até o final de 2013, de modo a atenderem ao prazo para realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

XVIII - REVISÃO DO MARCO INSTITUCIONAL DO SETOR PORTUÁRIO, COM BASE NO ESTUDO PARA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E DA EFICIÊNCIA DO SETOR PORTUÁRIO

A adequação dos marcos regulatórios e legal objetiva aumentar a eficiência do setor portuário e adequar a capacidade do atendimento à demanda, mediante a redução de custos operacionais resultantes da modernização da gestão, e de planejamento estratégico e fiscalização eficazes. O resultado esperado dessas adequações impactará todos os atores do setor portuário, sejam eles Companhias Docas, arrendatários, embarcadores, companhias de navegação, usuários de transporte marítimo, trabalhadores portuários, operadores portuários privados.

A implementação dessa revisão é resultado, dentre outros fatores, da contratação da consultoria do Consórcio formado pelas empresas Booz&Co e MachadoMeyer pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, interveniente do processo. A contratação não requereu a utilização de recursos do Orçamento Geral da União.

C) PROGRAMA DE GOVERNO EXECUTADOS PELA SEP

Ao longo de 2011, a execução dos diversos Programas de Governo permitiu a realização de uma série de estudos e debates com diversos atores do setor público e privado sobre temas que demandam modificações no marco regulatório do setor portuário, tais como a organização institucional, eficiência de gestão e desenvolvimento de oferta e demanda dos serviços. O objetivo foi coletar subsídios para o seu aperfeiçoamento, com vistas a gerar maior segurança jurídica no ambiente de negócios do setor, incentivando a participação de investimentos privados nos portos marítimos brasileiros.

PROGRAMA DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA SEP

A SEP executa diversas atividades em vários programas de Governo, porém, sob sua responsabilidade está unicamente o Programa de Gestão da Política Portuária (1470). Por meio do Programa são desenvolvidas ações para o alcance da infraestrutura eficiente e integradora nos portos brasileiros.

A partir da execução do Programa, pretende-se que o setor portuário público passe a adotar uma postura mais empreendedora, voltada para o cidadão como cliente, buscando padrões ótimos de eficiência, eficácia e efetividade, com ética e transparência. Ainda no âmbito da Gestão da Política Portuária, são obtidos grandes resultados com os investimentos realizados na área ambiental portuária, compreendendo a elaboração dos estudos ambientais de monitoramento exigidos legalmente nas licenças dos portos, além da execução dos programas durante a realização das obras de dragagem nos portos. Os resultados viabilizam a execução de obras, com pleno acompanhamento e controle dos impactos no meio físico, biótico e socioeconômico.

PROGRAMA DE GOVERNO EXECUTADOS PELA SEP

As ações de planejamento e infraestrutura portuária buscam construir, ampliar e recuperar instalações de acostagem, de proteção à atracação e operação de navios, de armazenagem e de circulação nos portos públicos marítimos. No ano de 2011, foi dada continuidade a diversos investimentos no setor portuário, impulsionados pelo PAC, sendo que alguns destes foram concluídos no decorrer do ano e outros seguem em andamento. O alcance destas ações foi possível por meio da execução de outros Programas de Governo de responsabilidade de outros órgãos, mas executados também pela SEP: Vetor Logístico Amazônico, Vetor Logístico Centro-Norte, Vetor Logístico Leste, Vetor Logístico Nordeste Setentrional, Vetor Logístico Centro-Sudeste, Vetor Logístico Sul.

I – EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA SEP

Quadro 2 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Gestão da Política Portuária

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1470		Denominação: Gestão da Política Portuária			
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral: Aumentar a capacidade de movimentação de cargas nos portos					
Objetivos Específicos: Coordenar a formulação, monitoramento e avaliação de políticas de infra-estrutura portuária marítima e dos portos outorgados às cias docas					
Gerente: Jorge Luiz Zuma e Maia			Responsável:		
Público Alvo: Governo Federal					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
107.000.000,00	107.000.000,00	94.063.439,51	14.101.948,38	40.779.191,97	45.332.474,59

Quadro 3 - Demonstrativo da Execução por Outros Programas Multisetoriais

Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$ 1,00			
Programa		DOTAÇÃO		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar Não Processados	Valores Pagos
		INICIAL	FINAL				
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	414.532.731,00	509.538.884,00	450.691.883,00	443.166.883,00	373.800.880,87	715.817.266,66
1456	Vetor Logístico Amazônico	17.100.000,00	17.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1457	Vetor Logístico Centro-Norte	54.859.131,00	64.859.131,00	64.859.131,00	0,00	56.540.585,00	26.905.525,00
1458	Vetor Logístico Leste	96.422.500,00	67.692.412,00	24.113.179,26	74.420,28	134.119.417,52	138.963.217,67
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	161.568.542,00	126.451.916,00	21.722.423,04	306.036,88	362.905.504,27	121.899.848,46
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional	0,00	290.000,00	0,00	0,00	15.921.309,45	63.315.798,72
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste	21.100.000,00	66.733.717,00	57.891.146,70	37.647.217,53	69.292.394,74	80.149.644,62
1462	Vetor Logístico Sul	197.337.500,00	210.286.344,00	169.495.941,41	47.036.691,96	110.208.103,62	135.016.190,18
1470	Gestão da Política Portuária	107.000.000,00	107.000.000,00	94.063.439,51	14.101.948,38	40.779.191,97	45.332.474,59

II – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA SEP

Quadro 4 - Execução Física das ações realizadas pela SEP

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
26	121	1470	12KP	P	1	Sistema implantado (% de execução física)	19(2)	19	5(3)
26	121	1470	122X	P	1	Sistema implantado (% de execução física)	30(2)	30	20(3)
26	121	1470	12KQ	P	1	Sistema implantado (% de execução física)	20(2)	10	18(3)
26	121	1470	20B9	A	1	Estudo realizado (unidade)	5(2)	X***	5(3)
26	121	1470	12KS	P	1	Sistema implantado (% de execução física)	16(2)	10	21(3)
26	784	909	009R	OP	1	(1)			
26	784	909	00I3	OP	1	(1)			
26	784	909	000A	OP	1	(1)			
26	784	909	00I9	OP	1	(1)			
26	784	909	00CT	OP	1	(1)			
26	784	909	00I6	OP	1	(1)			
26	784	909	00I1	OP	1	(1)			
26	784	909	0E23	OP	1	(1)			
26	784	909	00IF	OP	1	(1)			
26	784	909	00CU	OP	1	(1)			
26	784	909	00HZ	OP	1	(1)			

Quadro 4 - Execução Física das ações realizadas pela SEP - Continuação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
26	784	909	009O	OP	1	(1)			
26	784	909	0A45	OP	1	(1)			
26	784	909	00HT	OP	1	(1)			
26	784	909	00HQ	OP	1	(1)			
26	784	1458	12DG	P	1	mil m ³	419	0	1.605
26	784	1458	12IV	P	1	mil m ³	256	0	0
26	784	1458	122L	P	1	mil m ³	1.976	0	645
26	784	1458	122I	P	1	mil m ³	876	0	1.119
26	784	1458	122A	P	1	mil m ³	96	96	0
26	784	1459	11XL	P	1	mil m ³	22	14	8
26	784	1459	12Y1	P	1	mil m ³	1.633	0	0
26	784	1459	131L	P	1	mil m ³	1.228	0	0
26	784	1459	122J	P	1	mil m ³	35	23	12
26	784	1459	12Y0	P	1	mil m ³	842	0	0
26	784	1459	122N	P	1	mil m ³	39	34	5
26	784	1459	122H	P	1	mil m ³	2.027	2.027	1.755
26	784	1461	122E	P	1	mil m ³	78	29	49
26	784	1461	122O	P	1	mil m ³	20	0	0
26	784	1462	122B	P	1	mil m ³	1.383	1.383	0
26	784	1462	122F	P	1	mil m ³	2.459	2.459	0
26	784	1462	122K	P	1	mil m ³	1.905	0	4.700

Quadro 4 - Execução Física das ações realizadas pela SEP - Continuação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
26	784	1462	122M	P	1	mil m ³	2.905	2.905	0
26	784	1457	1K56	P	1	mil m ³	1346	0	0
26	784	1457	7F21	P	1	% de execução física	32	32	16
26	784	1457	1K26	P	1	% de execução física	12	12	18
26	784	1457	122Z	P	1	% de execução física	0	0	38
26	784	1459	7N59	P	1	% de execução física	30	30	70
26	784	1459	108Z	P	1	% de execução física	45	06	68
26	784	1459	12EI	P	1	% de execução física	100	0	100
26	784	1459	12DE	P	1	% de execução física	100	0	100
26	784	1459	12FJ	P	1	% de execução física	100	0	100
26	784	1459	5597	P	1	% de execução física	46	46	0
26	784	1462	111F	P	1	% de execução física	7	7	0
26	784	1462	12K7	P	1	% de execução física	0	0	20
26	784	1462	7P53	P	1	% de execução física	100	100	0
26	784	1462	12QA	P	1	% de execução física	100	0	100
26	784	1462	116G	P	1	% de execução física	17	17	0

Quadro 4 - Execução Física das ações realizadas pela SEP - Continuação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
26	784	1462	10NQ	P	1	% de execução física	24	19	5
26	784	1462	10RZ	P	1	% de execução física	0	0	100
26	784	1462	7L25	P	1	% de execução física	20	0	30
26	784	1462	7L25	P	1	Projeto apoiado/unidade	1	1	0
26	784	1462	12K7	P	1	Projeto apoiado/unidade	0	0	1
26	784	1462	12K7	P	1	% de execução física	0	0	20

(1) A LOA 2011, quando da aprovação de recursos para as Companhias Docas, o fez por intermédio de Participação da União no Capital – PUC, sem aprovação de meta física, em função de tratar-se de “Compra de Ações”, ou seja, a União está aumentando sua participação acionária nas referidas Companhias.

Estas por sua vez, após a venda das ações, e utilização dos recursos, prestam contas junto aos órgãos de controle e fiscalização do Governo Federal.

Este é o motivo pelo qual, quando da aprovação do Orçamento Fiscal desta Secretaria na Lei Orçamentária Anual, não consta meta física nessas ações orçamentárias supracitadas, não vindo ao caso o preenchimento do referido formulário anexo.

(2) Valores retirados da LOA 2011.

(3) Valores retirados da LOA 2012.

Fonte: Registros Administrativos SPDP/SEP/PR, Medições Convênios, SISPAC, SIGPLAN, LOA

ANALISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO DE AÇÕES POR PROGRAMA

VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE

PROGRAMA 1457

ACÇÕES:

122Z - Construção do Berço 108 no Porto de Itaqui/MA

1K26 - Recuperação dos Berços 101 e 102 do Porto de Itaqui (MA)

7F21 - Construção do Berço 100, Alargamento do Cais Sul e Ampliação do Porto de Itaqui/MA

Principais Resultados:

122Z - Construção do Berço 108 do Porto de Itaqui (MA) – concluída a elaboração do Projeto Executivo. O Processo Licitatório, conduzido pelo Governo do Estado do Maranhão, está em fase de homologação e adjudicação dos serviços.

1K26 - Recuperação dos Berços 101 e 102 do Porto de Itaqui (MA) – Executados 12% da ação.

7F21 - Construção do Berço 100, alargamento do Cais Sul e ampliação do Porto de Itaqui (MA) – Executados 32% das obras da ação.

Análise dos Resultados: Dentro do esperado.

Justificativa:

A obra do Berço 100 só não foi concluída em função de alteração no seu projeto executivo, que consistiu no alargamento do berço de 26m para 40m. O andamento da obra apresenta resultado superior ao previsto, atingindo um acumulado de 95%.

O andamento da obra de alargamento do Cais Sul praticamente não avançou em 2011 por problema de logística em função de falta de oportunidade de frente de serviço, situação a ser resolvida quando da conclusão do Berço 101. A execução acumulada é de 40%.

Depois de vencida a etapa de adequação de planilha e ajustes contratuais, entre a EMAP e a contratada, a obra de recuperação dos Berços 101 e 102 foi retomada encontrando-se em ritmo normal de execução. O acumulado de execução do Berço 101 é de 42% e do Berço 102, de 100%.

A obra de dragagem encontra-se com seu rendimento muito aquém do esperado em função de várias paralisações no respectivo contrato motivadas pelas dificuldades técnicas com relação ao material a ser dragado. O percentual acumulado de execução é de 32%, com um volume dragado de cerca de 200 mil m³.

O Berço 108, a ser utilizado como terminal para graneis líquidos, contempla em seu projeto executivo ponte de acesso, plataformas de transição e operações, passarelas de ligação, píer para rebocadores e dolphins de atracação e amarração, capaz de receber navios de até 91.671 TPB. O certame licitatório teve início em dezembro de 2011, com a publicação do respectivo edital, cuja conclusão do processo se dará em março/2012, com a homologação e adjudicação dos serviços.

VETOR LOGÍSTICO LESTE

PROGRAMA 1458

ACÇÕES:

122A – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro

122I – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Vitória

122L – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Itaguaí

12DG – Dragagem de Aprofundamento do Acesso Aquaviário no Canal das Flechas (RJ)

12IV – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Barra do Riacho (ES)

Principais Resultados:

122A - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro. Obra concluída

122I - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Vitória (ES) - No Estado do Espírito Santo – Obra em licitação.

122L - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro – Obra não iniciada.

12DG - Dragagem de Aprofundamento do Acesso Aquaviário no Canal das Flechas (RJ) – No Estado do Rio de Janeiro – Termo de Compromisso assinado. Obra não iniciada.

12IV - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Barra do Riacho (ES) - No Estado do Espírito Santo – Obra não iniciada.

Análise dos Resultados: Abaixo do Esperado

Justificativa:

122A - Obra concluída.

122I - Obra em licitação.

122L - Atraso na elaboração do projeto básico e na obtenção da licença ambiental.

12DG - Aguarda-se a adequação do projeto executivo da dragagem para iniciar a obra.

12IV - Atraso na elaboração do projeto básico e na obtenção da licença ambiental.

VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL

PROGRAMA 1459

ACÕES:

108Z - Construção do Sistema Viário Interno (Acesso Rodoferroviário) à Ilha de Tatuoca no Porto Interno de Suape/PE

11XL – Dragagem de Aprofundamento no Porto de Cabedelo (PB) - No Estado da Paraíba

122H – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape (PE) - No Estado de Pernambuco

122J – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará

122N - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Natal (RN) - No Estado do Rio Grande do Norte

12DE – Recuperação do Porto de Santo Antônio em Fernando de Noronha/PE

12EI – Dragagem de Aprofundamento do Porto de Santo Antônio em Fernando de Noronha/PE

12FJ – Reforço do Molhe de Abrigo do Porto de Santo Antônio em Fernando de Noronha/PE

12Y0 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Maceió (AL) - No Estado de Alagoas

12Y1 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Areia Branca (RN) - No Estado do Rio Grande do Norte

131L – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Luís Correia (PI) - No Município de Luís Correia

7F65 – Melhoramento da Infraestrutura do Porto de Suape (PE)

7N59 - Modernização do Terminal Portuário de Uso Misto do Pecém/CE

7Q62 - Melhoramento da Infraestrutura do Porto do Recife (PE)

Principais Resultados:

108Z - Executados 5% das obras do Acesso Rodoferroviário à Ilha de Tatuoca no Porto Interno de Suape/PE.

11XL – Dragagem de Aprofundamento no Porto de Cabedelo (PB) - No Estado da Paraíba – Executados 87% da obra.

12JQ - O percentual de execução física previsto não se efetivou pelo fato de não ter sido possível a liberação de recursos pela SEP para o Porto de Recife, tendo em vista o processo licitatório estar sob auditoria do TCU. Sendo assim, como forma de precaução, optou-se por aguardar o término dos entendimentos entre o Porto e o Tribunal de Contas da União, acerca das constatações identificadas na auditoria, de modo a evitar questionamentos e/ou possíveis paralisações.

122H – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape (PE) - No Estado de Pernambuco – Executados 8,5% da obra.

122J – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará – Executados 95% da obra.

122N - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Natal (RN) - No Estado do Rio Grande do Norte – Executados 98% da obra.

12DE - Projeto Executivo aprovado pela SEP em dezembro/2011.

12EI - Projeto Executivo aprovado pela SEP em dezembro/2011.

12FJ - Projeto Executivo aprovado pela SEP em dezembro/2011.

12Y0 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Maceió (AL) - No Estado de Alagoas – Obra não iniciada.

12Y1 – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Areia Branca (RN) - No Estado do Rio Grande do Norte – Obra não iniciada.

131L – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Luís Correia (PI) - No Município de Luís Correia – Obra não iniciada.

7F65 – Em processo de formalização dos convênios.

7N59 - Executados 30% das obras de Modernização do Terminal Portuário de Uso Misto do Pecém.

7Q62 - Em processo de formalização dos convênios.

Análise dos Resultados:

Infraestrutura - Dentro do Esperado.

Dragagem - Abaixo do Esperado

Justificativa:

Infraestrutura - Estão em execução dentro do esperado as obras de adequação e modernização das instalações físicas e do sistema operacional do terminal de uso misto do Porto do Pecém/CE.

A construção do acesso rodoferroviário à ilha de Tatuoca no Porto de Suape/PE teve sua evolução inferior ao esperado para o exercício de 2011, em virtude da adequação do projeto executivo, referente à duplicação da pista rodoviária no trecho A do projeto e pelas fortes chuvas que acometeram a região, prejudicando as obras de movimento de terra. O percentual acumulado de execução é de 28%. Sua conclusão está prevista para novembro de 2012.

Com relação às obras do Porto de Santo Antônio, em Fernando de Noronha, em 2011 não houve desembolso por parte da União. A concepção do projeto executivo foi tecnicamente convalidada pelo INPH e o respectivo orçamento aprovado pela SEP, em dezembro de 2011.

Foi concluída em fevereiro de 2011 a construção da terceira e última fase do cais para contêineres do Porto de Maceió/AL, tipo Dinamarquês, com extensão de 407,60m.

Dragagem - 11XL - Obra atrasada por dificuldades operacionais da contratada. 122J - Obra atrasada por dificuldades operacionais da contratada. 122N - Obra atrasada por dificuldades operacionais da contratada. 122H - Obra em andamento normal. 12Y1, 131L, 12Y0 - Atraso na elaboração do projeto básico e na obtenção da licença ambiental.

VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE

PROGRAMA 1461

ACÕES:

122E – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Santos (SP)

122O – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR)

Principais Resultados:

122E - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Santos (SP) - No Estado de São Paulo – Executados 95% da obra de dragagem e 70% da obra de derrocamento.

122O - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR) - No Estado do Paraná – Obra não iniciada.

Análise dos Resultados: Abaixo do Esperado

Justificativa:

Na obra de dragagem no porto de Santos, alguns fatores interferiram no bom andamento da obra:

- a) atraso na retirada prevista dos destroços do navio Ais George, naufragado no canal de acesso ao porto;
- b) paralisação da dragagem por determinação do IBAMA, em setembro/2011, para redefinição do controle do material contaminado.

Na obra de derrocamento, as detonações foram concluídas, mas houve postergação da retirada das pedras derrocadas por causa da temporada dos cruzeiros.

Na obra de dragagem no Porto de Paranaguá (PR)

- a) Atraso na obtenção da Licença Ambiental Prévia;
- b) Alteração do escopo do projeto básico de dragagem;
- c) Por orientação do MPOG, a obra de dragagem no porto de Paranaguá será executada diretamente pela SEP/PR.

VETOR LOGÍSTICO SUL

PROGRAMA 1462

ACÇÕES:

10NQ - Realinhamento e Reforço Estrutural do Berço 201 no Porto de São Francisco do Sul (SC)
10RZ - Recuperação do Berço 201 do Porto de São Francisco do Sul - No Estado de Santa Catarina
111F - Ampliação de Molhes do Canal de Acesso ao Porto de Rio Grande (RS)
116G - Reforço do Berço 101-A no Porto de São Francisco Do Sul (SC)
122B – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS) - No Estado do Rio Grande do Sul
122F – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de São Francisco do Sul (SC) - No Estado de Santa Catarina
122K – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Imbituba (SC) - No Estado de Santa Catarina
122M - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Itajaí (SC) - No Estado de Santa Catarina
128N - Recuperação do molhe leste (trecho antigo) do Porto de Rio Grande(RS)
12K7 – Alinhamento e Reforço do Berço 4 no Porto de Itajaí (SC)
12QA – Reforço da Estrutura de Abrigo do Porto de Itajaí (SC)
7L25 - Ampliação do Cais Público do Porto Novo do Porto de Rio Grande (RS)
7P53 – Recuperação dos Molhes de Itajaí(SC)

Principais Resultados:

10NQ e 10RZ - Realinhamento e Reforço Estrutural do Berço 201 no Porto de São Francisco do Sul (SC) – Executado 95% da obra

111F - Ampliação de Molhes do Canal de Acesso ao Porto de Rio Grande (RS) – Execução de 7% dos serviços, concluindo a obra.

116G - Reforço do Berço 101-A no Porto de São Francisco Do Sul – SC – obra concluída

122B – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS) - No Estado do Rio Grande do Sul - Obra concluída. Dragagem de manutenção iniciada.

122F – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de São Francisco do Sul (SC) - No Estado de Santa Catarina - Obra concluída.

122K – Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Imbituba (SC) - No Estado de Santa Catarina – Obra não iniciada.

122M - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Itajaí (SC) - No Estado de Santa Catarina - Obra concluída.

128N - Recuperação do molhe leste (trecho antigo) do Porto de Rio Grande(RS). Concluído Projeto da Recuperação dos Molhes do Canal de Acesso ao Porto de Rio Grande/RS. Processo Licitatório em andamento na SEP.

12K7 - Alinhamento e Reforço do Berço 4 no Porto de Itajaí – Celebrado em dezembro de 2011 Termo de Compromisso para execução da obra. Assinado Termo de Compromisso com a Superintendência do Porto de Itajaí/SC Em análise na SEP o respectivo projeto executivo.

12QA - Reforço da Estrutura de Abrigo do Porto de Itajaí – 2ª etapa do objeto do Convênio SEP/034/2010, celebrado em dezembro/2010, sem execução em 2011.

7L25 - Ampliação do Cais Público do Porto Novo do Porto de Rio Grande (RS) Concluído Projeto Executivo referente à Ampliação do Cais Público do Porto Novo do Porto de Rio Grande (RS)

7P53 - Recuperação dos Molhes de Itajaí/SC - Executados 100% da ação, correspondente a 50% do Convênio SEP/034/2010.

Análise dos Resultados: Dentro do Esperado.

Justificativa:

A obra de Ampliação dos Molhes do Canal de Acesso ao Porto de Rio Grande foi concluída em março/2011.

No Estado do Rio Grande do Sul foi também concluída a obra de Ampliação dos Molhes do Porto do Rio Grande e os projetos executivos das obras de Modernização do Cais Público do Porto Novo e Recuperação do Molhe Leste, estando as mesmas em preparação do processo licitatório.

No Porto de Itajaí/SC foram executados, até dezembro de 2011, 50% da obra de reforço do Molhe Norte, estando de conformidade com o cronograma previsto.

As obras de Alinhamento e Reforço do Berço 4 no Porto de Itajaí, incluindo obras e serviços de modernização e adequação da infraestrutura retroportuária, instalações de combate a incêndio, rede pluvial, rede de esgotos e sistema de tratamento de efluentes, sistema elétrico, pavimentação e sistema de monitoramento não teve execução física em 2011, estando em análise na SEP seu respectivo projeto executivo.

Ainda no Estado de Santa Catarina foi concluída a obra de reforço do berço 101 para movimentação de contêineres, e dado continuidade à obra de Recuperação do Berço 201 do Porto de São Francisco do Sul, sendo executado 95,0 % até o mês de dezembro de 2011 e que deve ser concluída em 2012. Estas obras resgatarão a operacionalidade do cais comercial, de forma a adaptar a infraestrutura do porto ao aumento da demanda de cargas.

No Porto de Itajaí/SC estão em fase de projeto as obras de Alinhamento e Reforço do Berço 4, e Obras de Retroárea que englobam obras e serviços de modernização e adequação da infraestrutura retroportuária, incluindo instalações de combate a incêndio, rede pluvial, rede de esgotos e sistema de tratamento de efluentes, sistema elétrico, pavimentação e sistema de monitoramento.

No Porto de Imbituba/SC houve atraso na elaboração do projeto básico de dragagem. O edital de licitação será publicado em janeiro/2012. E no Porto de Rio Grande/RS a dragagem de manutenção é de responsabilidade da Superintendência do Porto de Rio Grande.

GESTÃO DA POLÍTICA PORTUÁRIA

PROGRAMA 1470

ACÕES:

122X – Porto Sem Papel

12KP – Carga Logística Inteligente

12KQ – Sistemas de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária - Gestão Portuária

12KS – Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos

4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Principais Resultados:

12KP - A execução física do projeto Cadeia Logística Inteligente atingiu a meta prevista de 19% na LOA de 2011. Os resultados alcançados até o exercício de 2011, elaborações do projeto conceitual e do termo de referência para contratação do sistema, ainda não permitem a mensuração dos resultados verificação dos resultados esperados do programa.

122X - A execução física do projeto Porto Sem Papel atingiu a meta prevista de 30% na LOA de 2011. Destaque-se que dos 35 portos com previsão de receber o projeto, 3 deles (Santos, Rio de Janeiro e Vitória) já foram contemplados no exercício de 2011 e, portanto, já contam com a padronização de documentos e janela única para troca eletrônica de dados entre as entidades intervenientes na atividade portuária. O percentual de execução de 30% no presente exercício justifica-se pelo fato das atividades relativas ao desenvolvimento do sistema, que possuem peso maior em relação às atividades de implantação do mesmo nos portos, já ter sido concluída.

12KQ – A execução física do projeto Sistemas de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária - Gestão Portuária foi de 10%, sendo que a meta do projeto era de 20% na LOA de 2011.

A justificativa para esse resultado é a mudança de estratégia da SEP para a condução do projeto no decorrer do ano. Diante de diversos projetos a serem contratados junto ao SERPRO (Porto Sem Papel, Cadeia Logística Inteligente e Sistemas de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária), a Secretaria optou por rever os respectivos termos de referência e projetos básicos no intuito de, por meio de uma negociação em bloco, tornar mais integrados tais projetos, além de otimizar recursos pela alteração de escopo de alguns desses projetos. Como resultado, tais medidas acarretou-se um atraso no andamento previsto, que levou a uma execução efetiva da ordem de 10% no exercício de 2011, correspondente à conclusão da elaboração do termo de referência e os levantamentos de dados e informações pelo SERPRO.

12KS - A execução física do projeto Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos foi de 10%, sendo que a meta do projeto era de 16% na LOA de 2011.

Compete contextualizar que o Termo de Cooperação que possibilita a execução da ação em referência foi celebrado em 29/07/2011. Ademais, destaca-se que o conveniente UFRJ apresentou, no início da vigência do instrumento, problemas de ordem administrativa - modificação no comando de sua reitoria que levou à alteração da equipe responsável pela análise jurídica do instrumento, atrasando a execução do cronograma inicial. Assim, a liberação da primeira parcela ocorreu somente três meses após o prazo previsto. Como consequência, houve atraso na formalização da rede de universidades por parte de UFRJ. Dessa forma, o cumprimento da meta física ficou abaixo do esperado - 10% realizado ante 16% previsto.

4272 – Foram executados 31,91% da meta física e 26,79% da meta financeira. Buscando o princípio da economicidade foram realizadas parcerias com o Ministério do Planejamento, Escola Nacional de Administração Pública e organismos internacionais que possibilitou algumas capacitações sem custos com inscrição à SEP. A maioria dos cursos que atendem as áreas fins desta Secretaria foram ofertados fora de Brasília. De acordo com o Decreto nº. 7.446, de 1º de março de 2011, houve restrições orçamentárias para o pagamento de diárias e passagens o que levou a SEP a priorizar outras demandas restringindo a participação de servidores em cursos de capacitação.

D) DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

I – PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS

Quadro 5 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Secretaria de Portos - Obras	20128	110323
Secretaria de Portos – Demais Despesas		110309

Quadro 6 – Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2010	2011	2010	2011	2010	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		--	--	--	--	--	--
	PLOA		20.086.352,30	6.863.359,00	--	--	30.050.000,00	85.662.674,00
	LOA		7.100.000,00	6.863.359,00	--	--	91.408.805,00	85.662.674,00
CRÉDITOS	Suplementares		--	12.450.000,00	--	--	--	53.498.000,00
	Especiais	Abertos	--	--	--	--	--	--
		Reabertos	--	--	--	--	30.000.000,00	--
	Extraordinários	Abertos	--	--	--	--	--	--
		Reabertos	--	--	--	--	--	--
	Créditos Cancelados		--	--	--	--	--	-13.583.806,00
Outras Operações		--	--	--	--	--	--	
Total		22.185.266,00	19.313.359,00	--	--	--	--	

Fonte: Siafi Gerencial

Quadro 7 – Programação de Despesas Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2010	2011	2010	2011	2010	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		--	--	--	--	--	--
	PLOA		990.700.000,00	550.288.131,00	883.690.224,76	414.532.731,00	--	--
	LOA		926.004.917,00	590.656.673,00	287.200.000,00	414.532.731,00	--	--
CRÉDITOS	Suplementares		--	177.388.714,00	--	67.406.153,00	--	--
	Especiais	Abertos	10.000.000,00	24.760.464,00	46.000.000,00	46.000.000,00	--	--
		Reabertos	176.971.120,00	--	--	--	--	--
	Extraordinários	Abertos	82.995.546,00	1.000.000,00	150.000.000,00	--	--	--
		Reabertos	--	--	--	--	--	--
	Créditos Cancelados		--	-238.173.331,00	--	-18.400.000,00	--	--
Outras Operações		--	--	--	--	--	--	
Total		1.195.971.583,00	555.632.520,00	483.200.000,00	509.538.884,00	--	--	

Fonte: Siafi Gerencial

Quadro 8 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2010	2011	2010	2011	2010	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	--	--	--	--	--	--	
	PLOA	50.136.352,30	92.526.033,00	1.874.390.224,76	964.820.862,00	--	--	
	LOA	98.508.805,00	92.526.033,00	1.213.204.917,00	1.005.189.404,00	--	--	
CRÉDITOS	Suplementares	--	65.948.000,00	--	244.794.867,00	--	--	
	Especiais	Abertos	--	--	56.000.000,00	70.760.464,00	--	--
		Reabertos	30.000.000,00	--	176.971.120,00	--	--	--
	Extraordinários	Abertos	--	--	232.995.546,00	1.000.000,00	--	--
		Reabertos	--	--	--	--	--	--
	Créditos Cancelados	--	-13.583.806,00	--	-256.573.331,00	--	--	
Outras Operações		--	--	--	--	--	--	
Total		178.645.157,30	144.890.227,00	1.679.171.583,00	1.065.171.404,00	--	--	

Fonte: Siafi Gerencial

II – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS

Quadro 9 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação	262.906.488,79	200.155.012,05	243.025.642,94	88.185.763,53
Convite	258.347.696,68	-	238.521.000,22	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	186.311.041,87	-	85.050.065,07
Pregão	4.558.792,11	13.843.970,18	4.504.642,72	3.135.698,46
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	31.541.361,53	70.004.255,01	30.654.052,44	2.445.118,94
Dispensa	31.387.499,26	69.308.350,58	30.500.190,17	2.265.973,65
Inexigibilidade	153.862,27	695.904,43	153.862,27	179.145,29
Regime de Execução Especial	508,72	-	508,72	-
Suprimento de Fundos	508,72	-	508,72	-
Pagamento de Pessoal	3.030.721,26	-	3.014.861,94	-
Pagamento em Folha	2.222.920,68	-	2.215.811,74	-
Diárias	807.800,58	-	799.050,20	-
Outros	274.975.733,62	631.704.476,27	130.414.172,55	424.497.653,18
Não se aplica	274.975.733,62	631.704.476,27	130.414.172,55	424.497.653,18

Fonte: Siafi Gerencial

Quadro 10 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	110001	2612207502000	--	--	42.174,18
	Recebidos	--	--	--	--	--
Movimentação Externa	Concedidos	153115	26121147012KS	--	--	16.836.380,00
		153163	26121147012KP	--	--	11.000.000,00
		153163	26121147020B9	--	--	3.980.859,00
		153163	2612214708785	--	--	1.055.949,47
		154040	2612814704572	--	--	179.200,00
		160509	26121147020B9	--	--	1.455.219,40
		160509	2612214708785	--	--	1.283.980,70
	772001	2612207502000	--	--	272.000,00	
	Recebidos	--	--	--	--	--
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	--	--	--	--	--
	Recebidos	--	--	--	--	--
Movimentação Externa	Concedidos	160509	26784146210RZ	1.845.583,13	--	--
	Recebidos	160509	26784146210RZ	877.018,64	--	--

Fonte: Fonte: Siafi Gerencial

ANALISE CRÍTICA

Em análise dos recursos do grupo de despesas correntes tem-se a dizer que: a) o recurso concedido oriundo de movimentação interna teve como objetivo a execução de despesas com material de consumo. b) o recurso concedido por movimentação externa teve a proporção de 46% para a Universidade Federal do Rio de Janeiro para a execução da implantação do programa do gerenciamento ambiental de resíduos sólidos e efluentes líquidos em portos marítimos brasileiros; 44% para a Universidade de Santa Catarina a título da implantação do sistema de carga e cadeia inteligente. O montante de recursos do grupo de despesas de capital, concedidos ao Ministério da Defesa para execução de obras de reforço do Berço 101-A, no Porto de São Francisco do Sul (SC).

Quadro 11 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da SEP

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	17.115.890,03	6.672.948,06	17.115.890,03	6.672.948,06	--	--	17.104.697,77	6.672.948,06
Ressarc. desp. pessoal requisitado	8.594.710,80	--	8.594.710,80	--	--	--	8.594.710,80	--
Venc. vant. fixas - pessoal civil	6.222.651,59	5.651.997,90	6.222.651,59	5.651.997,90	--	--	6.222.651,59	5.651.997,90
Desp. de exercícios anteriores	1.296.444,51	2.837,90	1.296.444,51	2.837,90	--	--	1.296.444,51	2.837,90
Demais elementos do grupo	1.002.083,13	1.018.112,26	1.002.083,13	1.018.112,26	--	--	990.890,87	1.018.112,26
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
2º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
3º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
Demais elementos do grupo	--	--	--	--	--	--	--	--
3 – Outras Despesas Correntes	111.193.735,05	89.127.341,36	18.807.145,27	42.070.865,52	92.386.589,78	47.056.475,84	18.800.626,79	41.110.662,15
Outros serviços de terceiros - PJ	101.635.914,06	69.475.999,17	14.225.668,21	33.275.482,82	87.410.245,85	36.200.516,35	14.224.939,33	32.336.763,68
Outros serviços de terceiros - PF	2.803.281,30	6.227,00	598.210,30	6.227,00	2.205.071,00	--	598.210,30	5.660,60
Locação de mão-de-obra	1.825.543,48	191.122,73	207.182,84	27.369,72	1.618.360,64	163.753,01	207.182,84	27.369,72
Demais elementos do grupo	4.928.996,21	19.453.992,46	3.776.083,92	8.761.785,98	1.152.912,29	10.692.206,48	3.770.294,32	8.740.868,15

Fonte: Siafi Gerencial

Quadro 12 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da SEP

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	334.155.343,22	968.784.543,45	84.534.185,63	301.361.023,60	249.621.157,59	667.423.519,85	84.534.185,63	241.290.390,76
Obras e instalações - Op.int.orc.	3.025.657,70	946.625.371,61	524.399,54	297.998.839,90	2.501.258,16	648.626.531,71	524.399,54	237.928.207,06
Outros serviços de terceiros - PJ	2.218.956,50	16.461.302,70	411.200,00	1.153.602,75	1.807.756,50	15.307.699,95	411.200,00	1.153.602,75
Equip.e mat. perm. - Op.int.orc.	900.820,49	326.600,60	5.781,48	61.187,60	895.039,01	265.413,00	5.781,48	61.187,60
Demais elementos do grupo	334.155.343,22	5.371.268,54	84.534.185,63	2.147.393,35	249.621.157,59	3.223.875,19	84.534.185,63	2.147.393,35
5 – Inversões Financeiras	450.691.883,00	429.410.280,67	443.166.883,00	226.251.741,80	7.525.000,00	203.158.538,87	411.174.994,84	121.952.862,00
Const. ou aumento capital de empresas	450.691.883,00	429.410.280,67	443.166.883,00	226.251.741,80	7.525.000,00	203.158.538,87	411.174.994,84	121.952.862,00
2º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
3º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
Demais elementos do grupo	--	--	--	--	--	--	--	--
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
2º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
3º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
Demais elementos do grupo	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Siafi Gerencial

Quadro 13 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação	262.906.488,79	200.155.012,05	243.025.642,94	88.185.763,53
Convite	258.347.696,68	-	238.521.000,22	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	186.311.041,87	-	85.050.065,07
Pregão	4.558.792,11	13.843.970,18	4.504.642,72	3.135.698,46
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	31.541.361,53	70.004.255,01	30.654.052,44	2.445.118,94
Dispensa	31.387.499,26	69.308.350,58	30.500.190,17	2.265.973,65
Inexigibilidade	153.862,27	695.904,43	153.862,27	179.145,29
Regime de Execução Especial	508,72	-	508,72	-
Suprimento de Fundos	508,72	-	508,72	-
Pagamento de Pessoal	3.030.721,26	-	3.014.861,94	-
Pagamento em Folha	2.222.920,68	-	2.215.811,74	-
Diárias	807.800,58	-	799.050,20	-
Outros	274.975.733,62	631.704.476,27	130.414.172,55	424.497.653,18
Não se aplica	274.975.733,62	631.704.476,27	130.414.172,55	424.497.653,18

Fonte: Siafi Gerencial

INFORMAÇÕES SOBRE MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro 14 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	165.329.716,01	-3.215.402,28	120.631.784,51	41.482.529,22
2009	42.956.544,74	-1.389.735,94	41.566.808,80	--
2008	215.119,03	-369,03	214.750,00	--
2007	2.725,06	-2.725,06	--	--
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	917.638.534,56	-21.452.294,46	417.196.755,41	478.989.484,69
2009	386.714.398,45	-117.078.501,76	237.716.083,76	31.919.812,93
2008	7.726.472,09	-5.023.317,83	2.413.367,47	289.786,79
2007	1.860.364,67	-104.500,00	1.177.048,08	578.816,59
Observações:				

ANÁLISE CRÍTICA

A liberação de recursos financeiros para pagamentos referentes aos empreendimentos que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC se dá de acordo com a execução das obras. E considerando que a atividade fim da SEP, se caracteriza pelas obras de infra-estrutura portuária tendo por consequência cronograma plurianual, conforme previsto no Plano Plurianual - PPA, justificando o volume do saldo de recursos inscritos restos a pagar.

Para os demais empreendimentos, o fluxo de recurso financeiro por parte do Tesouro Nacional, não tem a mesma regularidade na liberação de financeiro, considerando não ser prioritário.

Cabe informar que os saldos inscritos em restos a pagar obedecem rigorosamente a legislação vigente.

INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA SEP

As atividades de recursos humanos decorrem das ações dos Programas 0750 (Apoio Administrativo) e 1470 Gestão da Política Portuária. Ressalta-se sobre a necessidade de criação de um quadro próprio em período de médio prazo, pois os números de servidores que prestam serviços a esta Secretaria são insuficientes para o atendimento dos projetos em andamento e novos projetos que se encontra em elaboração.

Quadro 15 – Força de Trabalho da SEP – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	21	21	2	2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	NA	NA	NA	NA
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	106	106	6	8
1.2.5. Empregado público do órgão (Anistiados pela Lei n.º 8.878/94)	48	48	24	1
2. Servidores com Contratos Temporários	NA	NA	NA	NA
3. Total de Servidores (1+2)	175	175	32	11

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE (extrator de dados)

Quadro 16 – Situações que reduzem a força de trabalho da SEP – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	44
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	NA
1.2. Exercício de Função de Confiança	NA
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (empregado públicos anistiados pela Lei n.º 8.748/94 e Decreto n.º 6.077/07)	44
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	NA
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	NA
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	NA
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	NA
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	NA
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	NA
3.1. De ofício, no interesse da Administração	NA
3.2. A pedido, a critério da Administração	NA
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	NA
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	NA
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	NA
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	NA
4.1. Doença em pessoa da família	NA
4.2. Capacitação	NA

Quadro 17 – Situações que reduzem a força de trabalho da SEP – Situação em 31/12 - Continuação

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	NA
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	NA
5.2. Serviço militar	NA
5.3. Atividade política	NA
5.4. Interesses particulares	NA
5.5. Mandato classista	NA
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	NA
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	44

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE (extrator de dados)

Quadro 18 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da SEP (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1	1	1
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	111	103		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	NA	NA	NA	NA
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		6	2	1
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		69	6	8
1.2.4. Sem vínculo		28	2	4
1.2.5. Aposentados	NA	NA	NA	NA
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	NA	NA	NA	NA
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	NA	NA	NA	NA
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	NA	NA	NA	NA
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	112	104	11	14

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE (extrator de dados)

Quadro 19 – Quantidade de servidores da SEP por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos		1	1	1	
1.2. Servidores de Carreira	10	15	16	59	23
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Empregados públicos anistiados pela Lei n.º 8.748/94 e Decreto n.º 6.077/07.			4	13	31
2. Provedimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial				1	
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	12	3	6	2
2.3. Funções gratificadas	NA	NA	NA	NA	NA
3. Totais (1+2)	13	28	24	80	56

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE (extrator de dados)

Quadro 20 – Quantidade de servidores da SEP por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. <i>Membros de poder e agentes políticos</i>						3			
1.2. <i>Servidores de Carreira</i>				6	15	101		1	
1.3. <i>Servidores com Contratos Temporários</i>									
1.4. <i>Empregados públicos anistiados pela Lei n.º 8.748/94 e Decreto n.º 6.077/07.</i>			3	7	25	12			
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>						1			
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>					12	15			
2.3. <i>Funções gratificadas</i>									
3. Totais (1+2)			3	13	52	132		1	

LEGENDA
Nível de Escolaridade
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Quadro 21 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	NA	NA
1.1. Voluntária	NA	NA
1.2. Compulsória	NA	NA
1.3. Invalidez Permanente	NA	NA
1.4. Outras	NA	NA
2. Proporcional	NA	NA
2.1. Voluntária	NA	NA
2.2. Compulsória	NA	NA
2.3. Invalidez Permanente	NA	NA
2.4. Outras	NA	NA
3. Totais (1+2)	NA	NA

Quadro 22 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	NA	NA
1.1. Integral	NA	NA
1.2. Proporcional	NA	NA
2. Em Atividade	NA	NA
3. Total (1+2)	NA	NA

Quadro 23 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	NA	NA	NA	NA	NA
1.1. Área Fim	NA	NA	NA	NA	NA
1.2. Área Meio	NA	NA	NA	NA	NA
2. Nível Médio	NA	NA	NA	NA	NA
2.1. Área Fim	NA	NA	NA	NA	NA
2.2. Área Meio	NA	NA	NA	NA	NA
3. Total (1+2)	NA	NA	NA	NA	NA

Quadro 24 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2011		223.665,36	38.465,23	6.758,11	47,4	345,45			269.281,55
	2010		34.502,46		3.833,62		912,00			39.248,08
	2009		138.009,84	17.251,23		114,12	1.943,88			157.319,07
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
Exercícios	2011	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
	2010	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
	2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2011	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
	2010	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
	2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
Exercícios	2011	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
	2010	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
	2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2011	304.702,86		65.283,78		34,89	3.938,18			373.959,71
	2010	96.735,87	27.436,48	22.981,76			3.952,00			151.106,11
	2009									
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2011	16.168,24	3.884.750,03	602.610,17	114.447,13	1.251,75	124.427,18			4.743.654,51
	2010	5.389,42	4.392.743,31	630.528,43	120.798,64	906,63	134.491,74	2.837,90		5.287.696,07
	2009	24.730,22	4.421.367,55	684.348,22	129.789,88	8.938,57	82.712,05	1.358,60		5.353.245,09
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
Exercícios	2011	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
	2010	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
	2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Anistiados (Lei n.º 8.878/94)										
Exercícios	2011		223.665,36	38.465,23	69.098,21	47,4	345,45			331.621,65
	2010		582.541,59	2.737,51	77.033,29	43.009,07	78.191,77			783.513,23
	2009		77.255,14	4.492,48	1.787,97		5.123,94			88.659,53

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE (extrator de dados)

Quadro 25 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Secretaria de Portos – SEP/PR													
UG/Gestão: 110309 e 110323/0001							CNPJ: 08.855.831/0001-32						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	1	O	03/2011	76.620.735/0001-29	8/8/2011	7/8/2011	13	13	-	-	-	-	A
2011	6	O	03/2011	76.620.735/0001-29	8/8/2011	7/8/2011	18	8	-	-	-	-	A
2011	7	O	03/2011	76.620.735/0001-29	8/8/2011	7/8/2011	-	-	6	4	-	-	A
Observações:													
<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis 11. Manutenção de bens imóveis 12. Brigadistas 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 14. Outras <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Fonte:

INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2010

Quadro 26 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Informações sobre as transferências										
Mod.	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.	
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim		
3	01/2010	83899526/0001-82	30.000.000,00	0,00	9.680.000,00	27.878.000,00	30/03/2010	30/03/2012	1	
3	03/2011	83899526/0001-82	27.737.065,00	0,00	-	-	30/12/2011	30/12/2014	1	
3	02/2011	00038174/0001-43	240.680,00	0,00	0,00	0,00	04/01/2012	04/08/2012	1	
1	03/2011	43.588.755/0001-61	1.430.000,00	150.000,00	384.000,00	384.000,00	01/09/2011	01/03/2012	1	
1	04/2009	27.316.538/0001-66	4.000.000,00	0,0	0,0	2.000.000,00	06/01/2010	04/11/2012	1	
1	06/2009	83.131.268/0001-90	331.509,60	16.575,48	0,0	314.934,12	18/01/2010	18/03/2013	1	
1	07/2009	04.417.870/0001-11	609.676,79	60.967,67	0,0	548.709,12	20/01/2010	03/02/2013	1	
1	010/2008	72.060.999/0001-75	2.490.310,52	360.000,00	500.000,00	1.400.000,00	31/12/2008	05/01/2013	1	
1	08/2008	07.223.670/0001-16	1.437.318,98	140.000,00	0,00	984.279,35	08/01/2009	07/07/2014	1	
1	09/2008	43.588.755/0001-61	274.875,00	0,0	140.000,00	250.000,00	08/01/2009	07/06/2012	1	
3	10/2010	15.180.714/0001-04	3.284.000,00	0,0	985.200,00	985.200,00	28/12/2010	28/12/2012	1	
3	02/2009	83.899.526/0001-82	7.442.116,06	0,0	2.485.319,89	2.829.987,50	05/02/2010	02/01/2013	1	
3	01/2011	33.663.683/0001-16	18.511.480,00	1.675.100,00	3.951.260,00	3.951.260,00	09/08/2011	09/08/2012	1	
3	04/2011	00.394.502/0431-10	272.000,00	0,0	0,0	0,0	12/12/2011	12/06/2012	1	
3	03/2010	07.521.315/0001-23	3.117.973,00	-	1.719.972,38	2.737.932,04	10/08/2010	10/08/2012	1	
1	030/2010	03.774.688/0001-55	2.000.000,00	220.900,00	500.000,00	500.000,00	21/3/2011	18/03/2014	1	
4	03/2011	04.417.870/0001-11	21.800.000,00	-	5.160.000,00	5.160.000,00	16/06/2011	28/02/2014	1	
1	173/2003	06.354.468/0001-60	266.910.101,10	26.691.010,11	26.905.525,00	180.814.940,00	09/12/2003	31/07/2012	1	
1	001/2007	06.354.468/0001-60	54.461.082,40	5.446.108,24	0,00	49.014.974,16	21/12/2007	31/01/2012	4	
1	001/2008	34.040.345/0001-90	47.278.084,36	0,00	0,00	47.278.084,36	01/09/2008	28/02/2011	4	
1	279/2006	11.448.933/0001-62	82.769.001,84	9.269.001,84	0,00	73.500.000,00	29/12/2006	30/04/2012	4	
1	060/2010	03.503.868/0001-00	33.151.585,13	3.315.158,52	9.945.476,00	9.945.476,00	31/12/2010	03/11/2012	1	
1	034/2010	00.662.091/0001-20	16.238.542,22	0,00	2.645.169,45	2.645.169,45	30/12/2010	31/08/2012	1	
1	010/2010	41.230.103/0001-25	81.995.546,00	2.855.106,39	0,00	0,00	31/12/2010	30/04/2012	1	
4	004/2009	11.448.933/0001-62	71.561.620,03	3.561.620,03	0,00	19.668.858,26	31/12/2009	30/11/2012	1	
4	011/2011	00.662.091/0001-20	85.000.000,00	0,00	0,00	0,00	30/12/2011	31/08/2013	1	
4	012/2011	06.354.468/0001-60	70.419.826,75	0,00	0,00	0,00	30/12/2011	31/08/2013	1	
4	01/2009	79.621.439/0001-91	52.494.681,34	0,00	0,00	0,00	30/12/09	31/01/12	(*)	
4	02/2009	11.448.933/0001-62	111.002.057,74	21.411.398,16	0,00	72.650.000,00	17/12/09	27/05/11	1	
4	02/2010	11.448.933/0001-62	278.194.996,73	200.194.996,73	19.500.000,00	19.500.000,00	28/12/10	31/05/13	1	
4	02/2011	29.116.894/0001-61	51.003.539,80	1.003.539,80	0,00	0,00	21/06/11	20/10/13	1	
LEGENDA										
Modalidade:			Situação da Transferência:							
1 - Convênio			1 - Adimplente							
2 - Contrato de Repasse			2 - Inadimplente							
3 - Termo de Cooperação			3 - Inadimplência Suspensa							
4 - Termo de Compromisso			4 - Concluído							
			5 - Excluído							
			6 - Rescindido							
			7 - Arquivado							
(*) Por determinação do MPOG esta obra será executada diretamente pela SEP/PR. O Termo de Compromisso nº 01/2009, celebrado com a APPA, foi encerrado sem ter sido feita nenhuma transferência de recursos.										
Fonte: Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos; SIAFI.										

Quadro 27 – Resumo dos instrumentos celebrados pela SEP nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria de Portos – SEP/PR					
CNPJ:	08.855.831/0001-32					
UG/GESTÃO:	110309 e 110323/0001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	1	7	2	41.020.170,45	26.774.961,33	201.438.893,40
Contrato de Repasse		1			5.765.107,00	0
Termo de Cooperação	4	4	1	18.821.752,27	20.232.734,93	0
Termo de Compromisso	5	1	2	56.160.000,00	41.318.858,26	19.500.000,00
Totais	10	13	5	116.001.922,72	94.091.661,52	220.938.893,46

Fonte: Registros administrativos da SEP/PR

Quadro 28 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Portos – SEP/PR					
CNPJ: 08.855.831/0001-32			UG/GESTÃO: 110309 e 110323/0001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	14	499.795.621,64	199.454.038,28	179.093.059,78	40%
Contrato de Repasse	1	9.612.622,04	8.165.577,82	1.447.044,22	85%
Termo de Cooperação		86.930.214,06	38.674.446,24	76.364.354,52	44%
Termo de Compromisso	13	373.219.826,75	44.328.858,26	288.011.141,74	12%
Totais	28	969.558.284,49	290.622.920,60	544.915.600,26	30%

Fonte: Registros Administrativos da SEP/PR

Quadro 29 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela SEP na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Portos – SEP/PR					
CNPJ: 08.855.831/0001-32			UG/GESTÃO: 110309 e 110323/0001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios*	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	5	3	1
		Montante Repassado	134.275.895,13	13.150.519,89	2.400.470,82
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	1	1	--
		Montante Repassado	384.000,00	3.951.260,00	--
2010	Contas prestadas	Quantidade	11	3	1
		Montante Repassado	194.349.280,68	18.834.734,31	5.765.107,00
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	--	--	--
		Montante Repassado	--	--	--
2009	Contas prestadas	Quantidade	3	--	--
		Montante Repassado	16.760.658,91	--	--
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	2	--	--
		Montante Repassado	863.643,24	--	--
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	--	--	--
		Montante Repassado	--	--	--

Fonte: Registros administrativos SEP/PR

(*) Os valores desta coluna incluem Convênios e Termos de Compromissos.

Quadro 30 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Portos – SEP/PR					
CNPJ: 08.855.831/0001-32			UG/GESTÃO: 110309 e 110323/0001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			5	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	2	
			Contas Não analisadas	3	
		Montante repassado (R\$)		122.413.864,89	2.400.470,82
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
Contas NÃO analisadas		Quantidade	1		
Montante repassado (R\$)		12.246.030,24			
2010	Quantidade de contas prestadas			11 (*)	1
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		4	1
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		7 (*)	
Montante repassado (R\$)		190.778.471,09			
2009	Quantidade de contas prestadas			3	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		2	
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		3	
Montante repassado		10.124.688,90			
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		1	
		Montante repassado		330.437,70	

Fonte: Registros Administrativos da SEP/PR

(*) Uma prestação de contas encontra-se em análise, no montante de R\$ 72.650.000,00.

INFORMAÇÕES SOBRE A DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA DOS SERVIDORES DA SEP

Quadro 31 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da SEP, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	1	-	-
	Entregaram a DBR	1	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	NA	NA	NA
	Entregaram a DBR	NA	NA	NA
	Não cumpriram a obrigação	NA	NA	NA
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	203	NA	NA
	Entregaram a DBR	203	NA	NA
	Não cumpriram a obrigação	NA	NA	NA

Fonte: SIAPE, Pastas Funcionais.

ANÁLISE CRÍTICA

A Secretaria de Portos da Presidência da República não possui cargos eletivos. O recebimento das Declarações de Bens e Rendas segue o disposto na Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 06 de setembro de 2007 e são arquivadas nas pastas funcionais dos servidores na Coordenação-Geral de Gestão Interna do Gabinete da Secretaria de Portos da Presidência da República.

INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA SEP

Quadro 32 – Estrutura de controles internos

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	1	2	3	4	5
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	

Continuação Quadro 32 – Estrutura de controles internos

Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais:					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro 33 – Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?			X		

Quadro 33 – Gestão ambiental e licitações sustentáveis - Continuação

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<i>Considerações Gerais:</i>					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p><i>Níveis de Avaliação:</i></p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA SEP

A SEP não possui bens imóveis de uso especial de propriedade da União, tampouco bens imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade.

Quadro 34 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF	4	4
	Brasília	4	4
	Subtotal Brasil		
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	Subtotal Exterior		
Total (Brasil + Exterior)		4	4

Fonte:

Obs: Imóvel composto do 1º andar, sala 103; 13º, Cobertura e Mezanino, do Ed. Varig - SCN - Quadra 04 Bloco B - Pétala C - Ed. Centro Empresarial Varig, locado junto à Empresa Inovar Construções e Empreendimentos Imobiliários LTDA. Locado da Empresa Inovar Construções e Empreendimentos Imobiliários LTDA.

Imóvel composto do 12º andar, do Ed. Varig - SCN - Quadra 04 Bloco B - Pétala C - Ed. Centro Empresarial Varig, locado da Previnorte - Fundação de Previdência Complementar.

Sala 402 do Ed. Varig SCN - Quadra 04 Bloco B - Pétala C - Ed. Centro Empresarial Varig, subrogada do ITI, junto a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social.

Sala 1102 do Ed. Varig SCN - Quadra 04 Bloco B - Pétala C - Ed. Centro Empresarial Varig, subrogada do ITI, junto a Fundação Petrobras de Seguridade Social.

INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Quadro 35 – Gestão da TI da SEP

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Não há.				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		X			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			X		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIO DE AUDITÓRIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Quadro 36 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - obras de dragagem dos berços 100 a 103 e da retroárea dos berços 100 e 101 - Porto de Itaqui

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR					26
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-015.865/2007-2 TC-013.724/2008-3	1807/2008 - Plenário 329/2010 - Plenário			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS - SP					092748
Descrição da Deliberação:					
<p>OBRAS DE DRAGAGEM DOS BERÇOS 100 A 103 E RETROÁREA DOS BERÇOS 100 E 101 DO PORTO DE ITAQUI/MA. IRREGULARIDADES. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE DO CERTAME. REJEIÇÃO DAS JUSTIFICATIVAS. MULTA. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. ARGUMENTOS DE UM DOS RECORRENTES CAPAZES DE MODIFICAR O JUÍZO ANTERIORMENTE FIRMADO. PROVIMENTO. REFORMA DA DELIBERAÇÃO ADVERSADA. INSUBSISTÊNCIA DA PENALIDADE APLICADA. PROVIMENTO PARCIAL AOS DEMAIS. REDUÇÃO PROPORCIONAL DO QUANTUM APENATÓRIO. CIÊNCIA AOS RECORRENTES.</p> <p>9.3. recomendar à Secretaria Especial de Portos da Presidência da República que:</p> <p>9.3.1. adote medidas objetivando a adequação dos valores e/ou do Programa de Trabalho referente ao Convênio SEP/001/2007, firmado entre essa Secretaria e a Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP, tendo em vista a execução dos serviços de sondagens com recursos próprios da Conveniente, não se utilizando, desse modo, os recursos do Programa de Trabalho destinados a esse fim;</p> <p>9.4. enviar cópia do Anexo 1 destes autos, bem como cópia do inteiro teor deste acórdão, ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, para conhecimento e providências que entender pertinentes quanto aos fatos apontados pela equipe de fiscalização deste Tribunal no que tange à contratação da empresa encarregada da realização de sondagens no Porto do Itaqui/MA;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SECRETARIA DE GESTÃO E INFRAESTRUTURA DE PORTOS					092753
Síntese da providência adotada:					
<p>A determinação exarada no item 9.3.1. foi atendida pela SEP com a supressão dos serviços de sondagens geotécnicas do Plano de Trabalho, formalizada por meio da celebração, em 30/10/2008, do 1º Termo Aditivo ao Convênio SEP/001/ 2007, implicando na redução de valor no montante de R\$538.917,60. Mesmo procedimento teve a EMAP com relação ao Contrato 033/2007, cuja adequação da planilha foi formalizada em 04/04/2008, com a celebração do 1º Termo Aditivo ao contrato. Pela impraticabilidade de dar continuidade aos serviços, devido às inúmeras paralisações motivadas por razões de ordem técnica, o Contrato encontra-se suspenso.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro 37 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto de Itaqui – EMAP

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR					26
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC-006.284/2009-2	2091/2009	9.1.2 9.2 9.4		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS - SP					092748
Descrição da Deliberação:					
Indícios de irregularidades nas obras de recuperação dos berços 101 e 102 do Porto do Itaqui/MA.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SECRETARIA DE GESTÃO E INFRAESTRUTURA DE PORTOS					092753
Síntese da providência adotada:					
<p>O Consórcio Norberto Odebrecht/Andrade Gutierrez, em 04/02/2010, apresentou documentos junto ao TCU com vistas a esclarecer as questões relativas aos itens manutenção de canteiro e inadimplência na retomada da obra.</p> <p>A empresa RAM encaminhou ao TCU os esclarecimentos em relação ao descompasso verificado entre a fiscalização das obras e a sua execução.</p> <p>A EMAP se manifestou ao TCU sobre o item 9.1.2, por meio do expediente N° 1428/2009-PRE.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>Em 13/01/2010 foi realizada oitiva com os responsáveis.</p> <p>Em 04/02/2010 – Foram apresentadas alegações de defesa pelos responsáveis.</p> <p>Até 31/12/2010 – o processo ainda aguardava instruções.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro 38 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto do Rio Grande – ECOPLAN

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR					26
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-008.477/2008-0 apensado a TC-007.150/2010-5	327/2009 - 902/2009 1508/2009 - 354/2010 1998/2010 - 3413-49/10	9.1.1; 9.1.2; 9.1.3; 9.1.4; 9.1.5		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS - SP					092748
Descrição da Deliberação:					
<p>Os Ministros determinam que a Secretaria Especial de Portos, no âmbito do contrato nº AQ-96/2003-00, datado de 10.09.2003, com o Consórcio ECOPLAN/PLANAVE para a execução dos serviços de supervisão e assessoria da Fiscalização das obras do prolongamento dos molhes da barra do Porto do Rio Grande que:</p> <p>9.1.1 confirme o efetivo recolhimento da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, exigindo para tanto que a empresa Ecoplan Engenharia Ltda. comprove que incorreu no referido gasto na execução contratual;</p> <p>9.1.2 apure os valores pagos indevidamente ao Consórcio Ecoplan/Planave pelo superfaturamento relativo aos itens de pessoal e pela inclusão na taxa de bonificações e despesas indiretas - BDI de 5% a título de imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, enquanto que a lei municipal exige 4%;</p> <p>9.1.3 efetue retenções dos valores indevidamente pagos nas faturas vincendas do contratado;</p> <p>9.1.4 realize a adequação do contrato, mediante a substituição da alíquota do ISSQN e, se for o caso, a retirada da parcela referente: CSLL, bem como ajuste os valores constantes na planilha de preços do contratado de acordo com os salários efetivamente pagos aos seus empregados;</p> <p>9.1.5 informe a esta Corte de Contas, no prazo de 60 (sessenta) dias, o resultado das medidas dos subitens anteriores.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SECRETARIA DE GESTÃO E INFRAESTRUTURA DE PORTOS					092753
Síntese da providência adotada:					
<p>Atendendo às determinações do TCU, a SEP submeteu à contratada uma proposta contemplando uma redução de valores - com base na tabela de serviços de consultoria do DNIT - com vistas a restabelecer o fluxo de pagamentos pelos serviços prestados. Tal proposta, no entanto, não foi aceita pelo consórcio contratado, com exceção dos valores referentes ao ISSQN pagos a maior, para os quais foi aceita a redução. Para os demais, permanece o impasse. Ressalta-se, ainda, que o contrato que expiraria em 31 de dezembro de 2009, teve seu prazo final prorrogado para maio de 2010, de forma a acompanhar o término previsto da obra, em atendimento à outra determinação do TCU, no sentido de que não houvesse execução da obra sem a presença de fiscalização.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>Como medida preventiva relacionada ao cumprimento das determinações exaradas pelo TCU, constantes no Acórdão nº 327/2009, foi efetivada, a partir de fevereiro de 2009, a retenção dos valores das faturas referentes às medições do Contrato AQ-096/2003.</p> <p>Vale assinalar que o valor acumulado retido equivale, aproximadamente, à aplicação da base de preços reconhecida pelo órgão de controle, resguardando, dessa forma, o erário de eventuais danos.</p> <p>23/02/2010 – A ECOPLAN não aceita a redução de valores dos pagamentos vincendos de forma a corrigir os pagamentos já efetuados e a efetuar, baseados na Tabela de Serviços de Consultoria do DNIT.</p> <p>Em março de 2010 é publicado o Acórdão 354/2010 em função de Embargos de Declaração interposto pela ECOPLAN, dirigido ao Ministro André Luis de Carvalho, relator dos Acórdãos 327/2009 e 354/2010, baseados no Levantamento de Auditoria TC 008.477/2008-0.TCU – Estes Embargos de Declaração são rejeitados pelo TCU.</p> <p>Em abril de 2010, a SEP encaminha o Ofício N°525/2010/DIP/SEP/PR ao TCU, aos cuidados do Coordenador Francisco Carlos Gonçalves de Almeida, descrevendo as providências por ela adotadas:</p>					

- AC-0327/2009 – Item 9.1.2 – ISSQN – A partir de 27/02/2009, com o 5º Termo Aditivo, foi alterada a alíquota de 5% para 4%;
- AC-0327/2009 – Itens 9.1.1 e 9.1.4 – CSLL – esta parcela não foi retida “pois seu efetivo recolhimento não é feito pela SEP/PR”;
- Na correspondência ECOP/002/2010, recebida em 23/02/2010, a ECOPLAN não aceita a redução de valores dos pagamentos vincendos de forma a corrigir os pagamentos já efetuados e a efetuar, baseados na Tabela de Serviços de Consultoria do DNIT;
- A SEP/PR entende que cumpre as determinações do AC-0327/2009, pois tomou as seguintes medidas:
 - Retenção dos valores das medições (providência efetivada a partir de 02/2009). As parcelas vincendas foram recalculadas baseadas no critério adotado pela SEP/PR, na tentativa de atender às determinações do TCU, utilizando-se a Tabela de Preços de Consultoria do DNIT;
 - Apuração do saldo, conforme redução exemplificada em planilha de cálculos, tornando possível a definição dos valores a serem pagos pela SEP/PR, resultando, em saldo a pagar à ECOPLAN de R\$ 640.960,81.

Em 19/08/2010 - Acórdão 1998/2010 – TCU

Resumo:

A elevada diferença entre salários pagos pela ECOPLAN e os valores contratados, não foi calculada nem retida conforme determinado pelo TCU.

A SEP utilizou a Tabela de Preços de Consultoria do DNIT para calcular as diferenças entre os valores contratados e os salários pagos pela ECOPLAN, mantendo os valores contratados quando estes não existiam na Tabela do DNIT, sem apresentar justificativas.

A retenção de recursos determinada pelo TCU foi efetivada de forma apenas parcial, devido ao equívoco na escolha dos parâmetros adotados para o respectivo cálculo.

Considerando que os efeitos, suspensivo e devolutivo, dos valores detectados, o TCU não pode concordar com as atitudes tomadas pela SEP/PR neste momento do processo, antes da sua decisão definitiva, ainda que esta seja a mesma que a da SEP/PR, ou mesmo o seu completo cancelamento.

O Ministro André Luis ressalta que, em função da sua atitude contrária às determinações do TCU, antes do término do processo, descaracteriza a sua boa-fé para com a Corte de Contas.

Entretanto nada será feito pelo TCU até que a Casa conclua a respeito do mérito.

Em 16/12/2010 – Embargos de Declaração interposto pela SEP/PR.

Em 10/12/2010 – Publicado o AC-3413/2010, onde os termos utilizados no Acórdão 1998/2010 são corrigidos.

Em 31/12/2010 – Aguardando distribuição para instrução.

Em 23/02/2011 – Os autos do Processo TC 020.038/2009-9 foram restituídos à Secob-1 para prosseguimento da instrução do feito, em atenção ao subitem 9.1.1 do Acórdão 1.884/2009-TCU-Plenário.

Foram realizados pagamentos com glosa, seguindo cálculo efetuado pela SEP com base na tabela do DNIT, de forma provisória, enquanto se aguarda o julgamento do mérito pelo Ministro Augusto Nardes.

O contrato encontra-se suspenso a espera da decisão final do TCU.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Quadro 39 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto do Rio Grande – Modernização

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR					26
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 013.768/2010-7	442/2010 - Plenário			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS - SP					092748
Descrição da Deliberação:					
<p>Modernização do Cais do Porto do Rio Grande / RS. Ampliação do Cais Público do Porto Novo do Porto do Rio Grande (RS) – NO Estado do Rio Grande do Sul.</p> <p>Paralisação cautelar “<i>inaudita altera pars</i>” de procedimento licitatório.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado; - Restrição à competitividade da licitação decorrente de adoção indevida de pré-qualificação. 					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SECRETARIA DE GESTÃO E INFRAESTRUTURA DE PORTOS					092753
Síntese da providência adotada:					
<p>Cancelamento da licitação por parte da SEP/PR, em setembro de 2010.</p> <p>Durante o ano de 2011, o Projeto foi readequado de acordo com as ressalvas e determinações do acórdão em epígrafe, estando em fase de conclusão a elaboração do respectivo orçamento.</p> <p>Da mesma forma, o Edital de Licitação da obra também está sendo revisado no sentido de atender às orientações emanadas pelo TCU.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p></p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>Fatores positivos:</p> <p>A SEP/PR solicitou o detalhamento do projeto para a realização de um novo orçamento.</p> <p>Fatores negativos:</p> <p>Com o resultado deste novo orçamento, o empreendimento, cuja licitação foi cancelada em setembro de 2010, somente deverá ser licitado no 1º Semestre de 2012.</p>					

Quadro 40 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto de Vitória – Dragagem

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR					26
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	037.383/2011-6	Não tem		Auditoria	Ofícios de Requisição nos 1 e 2 - 1000/2011 – TCU/SECOB-4
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Portos					092748
Descrição da Deliberação:					
Não houve deliberação					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro 41 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto de Santos – Dragagem

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR					26
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	007.337/2010-8	285/2011 – TCU - Plenário		Auditoria	Ofício de Requisição nº 01-252/2011-TCU/SECOB-4
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Portos					092748
Descrição da Deliberação:					
<p>9.2. recomendar à SEP/PR que, em futuras licitações de obras de derrocamento:</p> <p>9.2.1. exija projeto, básico ou executivo, com orçamento completo, detalhado e fundamentado, de forma a garantir aderência entre especificações técnicas e preços orçados;</p> <p>9.2.2. evite utilizar orçamentos comparativos sem a devida fundamentação técnica e sem coerência com o projeto, a exemplo daqueles produzidos pelo Centran/DEC;</p> <p>9.3. alertar a SEP/PR quanto cumprimento intempestivo das exigências legais relativas ao orçamento base para a licitação, com inobservância dos arts. 6º, IX, f, e 7º, § 2º, II, da Lei 8.666/1993 e da súmula TCU 258, já que, no início do certame, o orçamento não apresentava nível de detalhamento adequado, com todas as composições de preços unitários, as respectivas memórias de cálculo e as pesquisas de mercado necessárias para a construção;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos					092753
Síntese da providência adotada:					
Encontra-se em fase final de aferição o Sistema de Análise de Projetos de Dragagem – SIDRA.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro 42 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto de Santos - Derrocagem

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR					26
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	031.307/2010-8	285/2011 – TCU - Plenário		Auditoria	Ofício de Requisição nº 01-1110/2010 – TCU/SECOB-1
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Portos					092748
Descrição da Deliberação:					
<p>9.2 recomendar à SEP/PR que, em futuras licitações de obras de derrocamento:</p> <p>9.2.1 exija projeto, básico ou executivo, com orçamento completo, detalhado e fundamentado, de forma a garantir aderência entre especificações técnicas e projetos orçados;</p> <p>9.2.2 evite utilizar orçamentos comparativos sem a devida fundamentação técnica e sem coerência com o projeto, a exemplo daqueles produzidos pelo Centran/DEC;</p> <p>9.3 alertar a SEP/PR quanto cumprimento intempestivo das exigências legais relativas ao orçamento base para a licitação, com inobservância dos arts. 6º, IX, f, e 7º, §2º,II, da Lei 8.666/14993 e da súmula TCU 258, já que, no início do certame, o orçamento não apresentava nível de detalhamento adequado, com todas as composições de preços unitários, as respectivas memórias de cálculo e as pesquisas de mercado necessárias para a construção.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos					092753
Síntese da providência adotada:					
Encontra-se em fase final de aferição o Sistema de Análise de Projetos de Dragagem – SIDRA.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro 43 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto de Cabedelo – Dragagem

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR					26
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	011.819/2011-1	2239/2011 – TCU - Plenário		Auditoria	Ofícios de Requisição nos 141/2011; 01, 02 e 03-250/2011 – TCU/SECOB-4
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Portos					092748
Descrição da Deliberação:					
9.1 Promover a oitiva da SEP/PR e da empresa Enterpa Engenharia Ltda. para que, no prazo de 15 (quinze) dias se pronunciem acerca do indício de irregularidade concernente à celebração do Segundo Termo Aditivo ao Contrato 004/2010/SEP, alterando indevida e injustificadamente os percentuais de arenito tipo 2 a ser dragado, de 30% para 56,89%, e de arenito tipo 1, de 70% para 43,1%, o que representa potencial dano ao erário de R\$ 5.904.264,08.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos					092753
Síntese da providência adotada:					
A SEP/PR, por meio do Ofício nº 1450/2011/DPP/SPDP/SEP/PR, de 28/09/2011, justificou a aprovação do pleito da Contratada, contido no projeto executivo por ela desenvolvido, tendo em vista sondagens, para confirmação das informações, solicitadas pela SEP/PR e realizadas pela Companhia Docas da Paraíba, administradora do porto de Cabedelo.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro 44 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto do Rio de Janeiro – Dragagem

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR					26
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	013.843/2010-9	1747/2011 – TCU -Plenário		Auditoria	Ofícios de Requisição nos 109/2011; 02 e 03-252/2011 – TCU/SECOB-4
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Portos					092748
Descrição da Deliberação:					
Acordaram que não foram detectados indícios de irregularidades nesta obra.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro 45 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto de Suape (Dragagem do Canal Externo)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR					26
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	007.318/2011-1	1478/2011 – TCU - Plenário		Auditoria	Ofícios de Requisição nos 228/2011 e 02-279/2011 – TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Portos					092748
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro 46 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI - Porto de Suape – Acesso a Tatuoca

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR			26
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Fiscalização nº 09/2011		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS			092748
Descrição da Recomendação:			
<p>Constatação 01: Índícios de ocorrência de sobrepreço no orçamento-base da Concorrência Suape 013/2009; Constatação 02: Divergência entre os quantitativos de serviços constantes na Concorrência Suape 013/2009 e no Termo de Compromisso SEP nº 02/2009; Constatação 03: Diferença entre a alíquota do ISS constante na planilha de BDI da empresa vencedora da Concorrência Suape 013/2009 e a alíquota efetivamente recolhida.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SECRETARIA DE GESTÃO E INFRAESTRUTURA DE PORTOS			092753
Síntese da providência adotada:			
A SEP/PR acatou o posicionamento da CISET e reduziu o valor do Termo de Compromisso 02/2009, atualizando-o no SIAFI. O valor da alíquota do ISS foi corrigido no 1º Termo Aditivo.			
Síntese dos resultados obtidos			
Ajustado o valor do Termo de Compromisso ao efetivo valor da obra. Foi encaminhado a Suape GRU para recolhimento ao Tesouro do valor a maior (R\$ 20.253.298,86).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Quadro 47 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI - Porto de Itajaí – Dragagem

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR			26
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Fiscalização nº 17/2011		Ofício nº 642/2011/COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DE PORTOS			092748
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendação 01: Que a SEP/PR efetue nova análise orçamentária da obra de dragagem do porto de Itajaí, baseando-se em parâmetros técnicos consistentes (ensaios geotécnicos e dados de produtividade real da dragagem), de forma a se verificar se ocorreu sobrepreço no contrato de execução da obra;</p> <p>Recomendação 02: Que a SEP/PR promova ações com o intuito de finalizar seu sistema referencial de custos de obras de dragagem, além de fazer uso, quando do desenvolvimento de projetos e orçamentos dessa natureza, de dados técnicos consistentes que caracterizem de forma apropriada o material a ser dragado;</p> <p>Recomendação 03: Que a SEP/PR apresente resultados dos estudos que embasaram a conclusão de que a dragagem na profundidade máxima de 13m entre as seções 49+80 e 53+00, nos 25m próximos ao Molhe Norte, garantiria a estabilidade desse molhe, no caso da dragagem ser executada anteriormente às obras do molhe.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SECRETARIA DE GESTÃO E INFRAESTRUTURA DE PORTOS			092753
Síntese da providência adotada:			
<p>Encontra-se em fase final de aferição o Sistema de Análise de Projetos de Dragagem – SIDRA, que atenderá as Recomendações 01 e 02.</p> <p>Após manifestação da SEP/PR, informando que a obra não foi executada em desacordo com a condicionante ambiental descrita na Licença de Instalação e que não houve manifestação contrária do Órgão Ambiental quanto ao procedimento técnico adotado e, ainda, a obra já ter sido finalizada sem que ocorressem problemas estruturais, a CISET entendeu classificar a Recomendação 03 como saneada.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Obra concluída.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

Quadro 48 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da SEP/PR – UG 110309.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Secretaria de Portos/PR			110309
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	14/02/2012
Contador Responsável	João Bosco Garcia	CRC nº	3.109-DF

Quadro 49 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da SEP/PR – UG 110323.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Secretaria de Portos – Obras/SEP/PR			110323
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Restrição Contábil 169 – Convênios a Comprovar com data Expirada; b) Restrição Contábil 163 – Saldos alongados em contas transitórias/Ativo Compensado; c) Restrição Contábil 170 - Convênios a Aprovar com data expirada; d) Restrição Contábil 212 – Divergência entre os. Valores Liquidados X Passivo Financeiro; e e) Restrição Contábil 172 - Convênios a Liberar com data expirada.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	14/02/2012
Contador Responsável	João Bosco Garcia	CRC nº	3.109-DF

ANEXOS



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE E AVALIAÇÃO
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CONTÁBIL
Exercício: 2011

Unidade Gestora: 110309 - Secretaria de Portos/PR

Restrições Contábeis	Situação em 31.01.2012
A UG não apresentou restrições contábeis	-

Diligências Emitidas	Situação
Não houve diligências expedidas para essa UG	-

João Bosco Garcia
Contador
CRC 3109/DF



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE E AVALIAÇÃO
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CONTÁBIL
Exercício: 2011

Unidade Gestora: 110323 - Secretaria de Portos - Obras/PR

Restrições Contábeis	Situação em 31.01.2012
1) 212 - DIVERG. VALORES LIQUIDADOS X PASSIVO FINANC. Equação 147 da concontir.	Pendente
2) 170 - CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA Saldo alongado na conta contábil 19962.05.00 - Convênios a Aprovar, referente a 3 convênios com datas fim de vigência expiradas.	Pendente
3) 163 - SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP. Saldos alongados nas contas de Convênios a Aprovar e do contrato abaixo discriminado: 19972.02.00 - CONTRATOS DE SERVICOS, conta corrente e valor abaixo:	Pendente
08402620000169 - EIT EMPRESA INDUSTRIAL TECNI 4413142,63	Pendente
4) 169 - Convênios a Comprovar com data expirada	Pendente
5) 172 - Convênios a Liberar com data expirada	Pendente



Diligências Emitidas	Situação
Não houve diligências expedidas para essa UG	-

João Bosco Garcia
Contador
CRC 3109/DF

DECLARAÇÃO

Paulo Roberto Kozłowski Tannenbaum, CPF nº 565.546.057-20, Diretor do Departamento de Infraestrutura Portuária e Alexandre Augusto Fernandes Ferreira Vilaça, CPF nº 339.519.427-20, Coordenador Geral de Obras e Serviços do Departamento de Infraestrutura Portuária, ambos da Secretaria de Portos, declaram junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por este Departamento estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, de acordo com quadro anexo, ressalvados os abaixo relacionados, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores:

Contrato Nº 001/2008

Execução em caráter emergencial da manutenção dos acessos aquaviários ao Porto de Itajaí/SC

Comentário: Obra contratada em caráter emergencial em 2008, tendo os serviços sido concluídos no ano de 2009.

Contrato Nº 024/2000-MT

Execução das obras de recuperação e prolongamento do molhe sul da barra de Laguna/SC

Comentário: Obra contratada pelo Ministério dos Transportes em 2000, tendo sido concluída em 2008.

Contrato Nº 018/2001-MT

Execução das obras e serviços de prolongamento dos molhes do Porto do Rio Grande/RS

Comentário: Obra contratada pelo Ministério dos Transportes em 2001, tendo sido concluída em 2011.

Contrato Nº AQ/096/2003-00

Execução dos serviços de supervisão e assessoria à fiscalização das obras de prolongamento dos molhes da barra do Porto de Rio Grande/RS


Comentário: Serviço de assessoramento à fiscalização da execução da obra de prolongamento dos molhes do Porto de Rio Grande, contratada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT em 2003, tendo sido os serviços concluídos em 2011.


Contrato Nº AQ/0346/2005

Construção do atracadouro de navios de Alcântara/MA

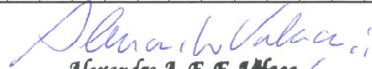
Comentário: Obra contratada em 2005 pelo DNIT, tendo sido apenas executado o projeto executivo, em 2008. Não haverá a execução deste empreendimento.

Brasília, 28 de março de 2012.


Alexandre Augusto F. F. Vilaça
CPF – 339.519.427-20


Paulo Roberto Kozłowski Tannenbaum
CPF – 565.546.057-20

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS/CONVÊNIOS (Relatório de Gestão SEP/2011)		
CONVÊNIO/CONTRATO	OBJETO	SITUAÇÃO
1. Convênio nº DNIT/AQ/0173/2003-00 - ITAQUÍMA	Execução das obras de ampliação e melhoramento da infraestrutura portuária do Porto do ItaquíMA.	SIAFI
2. Convênio nº SEP/001/2007 - ITAQUÍMA	Execução da dragagem de parte do canal de acesso junto aos berços 100 a 103 e dragagem e construção do aterro hidráulico da retroárea dos berços 100 e 101 no Porto do ItaquíMA.	SIASG
3. TC - SEP/012/2010 - ITAQUÍMA	Execução de obras Civis de Construção do Berço 108 - Terminal para Granéis Líquidos, no Porto de ItaquíMA.	SIAFI
4. Convênio nº DNIT/AQ/0279/2006-00-SUAPE	Execução da Dragagem e Melhoramento da Infraestrutura do Porto de Suape.	SIASG
5. Convênio nº 008/1995-MT - SUAPE	Execução das obras de complementação e melhoramento da infraestrutura no Porto de Suape.	SIAFI
6. TC - 004/2008 - SUAPE	Execução das obras e serviços para construção de acesso rodoviário às Ilhas de Iatucá e Cocala no Porto de SUAPE/PE.	SIAFI
7. Convênio SEP/010/2010 - F. NORONHA	Execução das obras de reforço do molhe de abrigo e de dragagem de aprofundamento da bacia de evolução de embarcações no Porto de Santo Antônio, em Fernando de Noronha/PE.	SIASG
8. Convênio nº DNIT/AQ/0123/2005-00-RECIFE	Execução de obras/serviços de melhoramento na infra-estrutura terrestre e aquaviária do Porto de Recife/PE.	SIASG
9. Convênio nº DNIT/AQ/0268/2006-00-MACEIÓ	A 2ª fase das obras de Construção do Cais para Contêineres no Porto de Maceió/AL.	SIASG
10. Convênio nº SEP/001/2008 - MACEIÓ	Execução da 3ª fase das obras e serviços de Construção de Cais para Contêineres no Porto de Maceió/AL.	SIASG
11. Convênio nº 008/2000-MT - ITAJAÍ	Execução das Obras de Recuperação dos Molhes da Barra de acesso no Porto de Itajaí/SC.	SIAFI
12. Convênio SEP/034/2010 - ITAJAÍ	Recuperação e Reforço do Molhe Norte do Porto de Itajaí/SC	SICONV
13. TC - SEP/011/2011 - ITAJAÍ	Obras de Alinhamento e Reforço dos Berços 03 e 04 do Porto de Itajaí/SC.	SIAFI
14. Convênio nº 006/1999-MT - CABEDELO	Execução das Obras de Recuperação do Porto de Cabedelo/PB.	SIAFI
15. Convênio nº DNIT/AQ/001.317/2005-CDC	Modernização do Porto de Fortaleza/CE.	SIASG
16. Convênio nº 011/1995-MT - PECÉM	Prestação de apoio técnico e financeiro para a implementação das ações voltadas para a viabilização do Complexo Portuário do Porto de Pecém, no Estado do Ceará.	SIAFI
17. Convênio SEP/060/2010 - PECÉM	Modernização do Terminal Portuário de Uso Misto do Porto de Pecém/CE	SICONV
18. CONTRATO Nº 001/2008-SEP/PR	Execução em caráter emergencial da manutenção dos acessos aquaviários ao Porto de Itajaí/SC	NÃO CADASTRADO
19. CONTRATO Nº 003/2009/SEP/PR - FISC.	Execução dos Serviços Emergenciais de Assessoria à Fiscalização das Obras e Serviços de Reconstrução dos Berços 1 e 2, da Retroárea e dos serviços de Dragagem de Reestabelecimento das condições Pré-existentes à Catástrofe Climática, do Porto	SICON
20. CONTRATO Nº 004/2009/SEP/PR - B-1	Execução das Obras e Serviços, em caráter emergencial, de Reconstrução do Berço 1, do Porto de Itajaí/SC.	SICON
21. CONTRATO Nº 005/2009/SEP/PR - B-2	Execução das Obras e Serviços, em caráter emergencial, de Reconstrução do Berço 2, do Porto de Itajaí/SC.	SICON
22. CONTRATO Nº 006/2009/SEP/PR - B-2	Execução das Obras e Serviços, em caráter emergencial, de Reconstrução da Retrárea, do Porto de Itajaí/SC.	SICON
23. Contrato nº 024/2000-MT - LAGUNA/SC	Execução das Obras de Recuperação e Prolongamento do Molhe Sul da Barra de Laguna/SC.	NÃO CADASTRADO
24. Contrato nº 013/2001-MT	Execução das Obras e Serviços de Prolongamento dos Molhes do Porto do Rio Grande/RS.	NÃO CADASTRADO
25. Contrato nº AQ-096/2005-00	Execução dos Serviços de Supervisão e Assessoria à Fiscalização das Obras de Prolongamento dos Molhes da Barra do Porto do Rio Grande/RS.	NÃO CADASTRADO
26. Convênio DNIT/AQ/043/2001 - S.F.SUL	Melhoramentos e Ampliação da Infraestrutura do Porto de São Francisco do Sul / SC	SIAFI
27. Convênio Nº DNIT/AQ/001.0235/2004-00 - S.F.SUL	Construção de instalação para Inspeção Fitossanitária e Complexo Administrativo para Órgãos Federais no Porto de São Francisco do Sul / SC	SIAFI
28. Contrato Nº AQ-346/2005 Consórcio Catarinense/Camargo Correa	Construção do Atracadero de Navios de Alcântara / MA	NÃO CADASTRADO


Alexandre A. F. F. Moraes
 Coordenador - Canal de Obras e Bombar
 Departamento de Infraestrutura Portuária
 Secretaria de Portos / PR

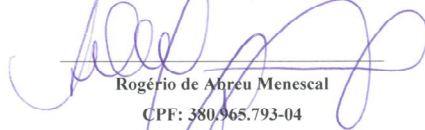

Paulo Roberto Kozłowski Tannenbaum
 Diretor
 Departamento de Infraestrutura Portuária
 Secretaria de Portos/PR

QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS
NO SIASG E SCONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Rogério de Abreu Menescal**, CPF nº **380.965.793-04**, **Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Portuário - SPDP**, exercido na **Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 28 de março de 2012.



Rogério de Abreu Menescal

CPF: 380.965.793-04

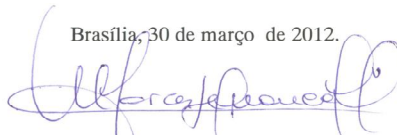
**Secretário de Planejamento e Desenvolvimento
Portuário**

**Secretaria de Portos
da Presidência da República**

**DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO
SIASG E SICONV**

Eu, MARCOS PAGNONCELLI, CPF nº 375.384.467/53, Coordenador-Geral de Logística, exercido no Departamento de Desempenho Operacional da Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos da Secretaria de Portos da Presidência da República declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 30 de março de 2012.



MARCOS PAGNONCELLI
CPF 375.384.467/53

Coordenador-Geral de Logística do
Departamento de Desempenho Operacional da
Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos
da Secretaria de Portos da Presidência




**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PORTOS
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO INTERNA**

DECLARAÇÃO

Eu, Reynaldo Aben-Athar, CPF nº 144.310.091-91, Coordenador-Geral de Gestão Interna, exercido na Secretaria de Portos declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 28 de março de 2012.


Reynaldo Aben-Athar
144.310.090-91

Coordenação-Geral de Gestão Interna
Secretaria de Portos

ERRATA

Página 54. Onde se lê:

Quadro 17 - Situações que reduzem a força de trabalho da SEP – Situação em 31/12 - Continuação

Leia-se:

Quadro 16 - Situações que reduzem a força de trabalho da SEP – Situação em 31/12 - Continuação

Página 54. Onde se lê:

Quadro 18 - Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da SEP (Situação em 31 de dezembro)

Leia-se:

Quadro 17 - Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da SEP (Situação em 31 de dezembro)

Página 54. Onde se lê:

Quadro 19 - Quantidade de servidores da SEP por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Leia-se:

Quadro 18 - Quantidade de servidores da SEP por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Página 55. Onde se lê:

Quadro 20 - Quantidade de servidores da SEP por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Leia-se:

Quadro 19 - Quantidade de servidores da SEP por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Página 55. Onde se lê:

Quadro 21 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Leia-se:

Quadro 20 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Página 55. Onde se lê:

Quadro 22 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Leia-se:

Quadro 21 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Página 55. Onde se lê:

Quadro 23 - Composição do Quadro de Estagiários

Leia-se:

Quadro 22 - Composição do Quadro de Estagiários

Página 56. Onde se lê:

Quadro 24 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Leia-se:

Quadro 23 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Página 57. Onde se lê:

Quadro 25 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Leia-se:

Quadro 24 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Página 58. Onde se lê:

Quadro 26 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Leia-se:

Quadro 25 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Página 59. Onde se lê:

Quadro 27 - Resumo dos instrumentos celebrados pela SEP nos três últimos exercícios

Leia-se:

Quadro 26 - Resumo dos instrumentos celebrados pela SEP nos três últimos exercícios

Página 59. Onde se lê:

Quadro 28 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Leia-se:

Quadro 27 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Página 59. Onde se lê:

Quadro 29 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela SEP na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Leia-se:

Quadro 28 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela SEP na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Página 60. Onde se lê:

Quadro 30 Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Leia-se:

Quadro 29 Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Página 61. Onde se lê:

Quadro 31 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da SEP, da obrigação de entregar a DBR

Leia-se:

Quadro 30 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da SEP, da obrigação de entregar a DBR

Página 62. Onde se lê:

Quadro 32 - Estrutura de controles internos

Leia-se:

Quadro 31 - Estrutura de controles internos

Página 63. Onde se lê:

Continuação Quadro 32 - Estrutura de controles internos

Leia-se:

Quadro 31 - Estrutura de controles internos - Continuação

Página 64. Onde se lê:

Quadro 33 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Leia-se:

Quadro 32 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Página 65. Onde se lê:

Quadro 33 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis - Continuação

Leia-se:

Quadro 32 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis - Continuação

Página 66. Onde se lê:

Quadro 34 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

Leia-se:

Quadro 33 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

Página 67. Onde se lê:

Quadro 35 - Gestão da TI da SEP

Leia-se:

Quadro 34 - Gestão da TI da SEP

Página 68. Onde se lê:

Quadro 36 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - obras de dragagem dos berços 100 a 103 e da retroárea dos berços 100 e 101 - Porto de Itaquí

Leia-se:

Quadro 35 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - obras de dragagem dos berços 100 a 103 e da retroárea dos berços 100 e 101 - Porto de Itaquí

Página 69. Onde se lê:

Quadro 37 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto de Itaquí – EMAP

Leia-se:

Quadro 36 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto de Itaquí – EMAP

Página 70. Onde se lê:

Quadro 38 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto do Rio Grande – ECOPLAN

Leia-se:

Quadro 37 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto do Rio Grande – ECOPLAN

Página 72. Onde se lê:

Quadro 39 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto do Rio Grande – Modernização

Leia-se:

Quadro 38 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto do Rio Grande – Modernização

Página 73. Onde se lê:

Quadro 40 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto de Vitória – Dragagem

Leia-se:

Quadro 39 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto de Vitória – Dragagem

Página 74. Onde se lê:

Quadro 41 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto de Santos – Dragagem

Leia-se:

Quadro 40 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto de Santos – Dragagem

Página 75. Onde se lê:

Quadro 42 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto de Santos – Derrocagem

Leia-se:

Quadro 41 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto de Santos – Derrocagem

Página 76. Onde se lê:

Quadro 43 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto de Cabedelo – Dragagem

Leia-se:

Quadro 42 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto de Cabedelo – Dragagem

Página 77. Onde se lê:

Quadro 44 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto do Rio de Janeiro – Dragagem

Leia-se:

Quadro 43 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto do Rio de Janeiro – Dragagem

Página 78. Onde se lê:

Quadro 45 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto de Suape (Dragagem do Canal Externo)

Leia-se:

Quadro 44 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - Porto de Suape (Dragagem do Canal Externo)

Página 79. Onde se lê:

Quadro 46 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI - Porto de Suape – Acesso a Tatuoca

Leia-se:

Quadro 45 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI - Porto de Suape – Acesso a Tatuoca

Página 80. Onde se lê:

Quadro 47 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI - Porto de Itajaí – Dragagem

Leia-se:

Quadro 46 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI - Porto de Itajaí – Dragagem

Página 81. Onde se lê:

Quadro 48 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da SEP/PR – UG 110309.

Leia-se:

Quadro 47 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da SEP/PR – UG 110309.

Página 81. Onde se lê:

Quadro 49 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da SEP/PR – UG 110323.

Leia-se:

Quadro 48 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da SEP/PR – UG 110323.